



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**ESCOLA DE ARQUIVOLOGIA**

**GUILHERME SANTOS GOMES**

**A IMPORTÂNCIA DOS REGISTROS DOCUMENTAIS PARA A**  
**(RE)CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS SUJEITOS DA ESCOLA MUNICIPAL**  
**FRIEDENREICH**

Rio de Janeiro  
2019



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**ESCOLA DE ARQUIVOLOGIA**

**GUILHERME SANTOS GOMES**

**A IMPORTÂNCIA DOS REGISTROS DOCUMENTAIS PARA A**  
**(RE)CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS SUJEITOS DA ESCOLA MUNICIPAL**  
**FRIEDENREICH**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à  
Escola de Arquivologia, como requisito parcial  
para obtenção do Grau de Bacharel em  
Arquivologia.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Priscila Ribeiro Gomes

Rio de Janeiro

2019

Catálogo informatizada pelo(a) autor(a)

G633 Gomes, Guilherme Santos  
A importância dos registros documentais para a  
(re)construção da identidade dos sujeitos da Escola  
Municipal Friedenreich / Guilherme Santos Gomes. --  
Rio de Janeiro, 2019.  
54 f.

Orientador: Priscila Ribeiro Gomes.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro,  
Graduação em Arquivologia, 2019.

1. Escola Municipal Friedenreich. 2. Arquivos  
Escolares. 3. Memória. 4. Patrimônio. I. Gomes,  
Priscila Ribeiro, orient. II. Título.

GUILHERME SANTOS GOMES

**A IMPORTÂNCIA DOS REGISTROS DOCUMENTAIS PARA A  
(RE)CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS SUJEITOS DA ESCOLA MUNICIPAL  
FRIEDENREICH**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à  
Escola de Arquivologia, como requisito parcial  
para obtenção do Grau de Bacharel em  
Arquivologia.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Priscila Ribeiro Gomes

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

---

Dr.<sup>a</sup> Priscila Ribeiro Gomes  
Orientadora

---

Dr.<sup>a</sup> Nailda Marinho da Costa  
Integrante da Banca Examinadora

---

Dr. Eliezer Pires da Silva  
Integrante da Banca Examinadora

Dedico este trabalho:

À minha amada tia Vania  
(in memoriam)

Foi uma das minhas mães  
Me mostrou que a caridade se faz de olhos fechados  
Amor e gratidão eterna

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus orixás e guias por caminharem junto a mim e minha família.

À minha avó Valdete que é minha primeira mãe, sempre bondosa e gentil. Sou grato ao universo por tê-la presente em minha vida.

À minha mãe, guerreira que me mostrou que buscar um futuro vale a pena.

Ao meu pai que abraça a todos em sua volta.

À minha única irmã que me completa pela sua maneira encarar as dificuldades de forma sólida.

À minha amada companheira Iara que sempre me influenciou ao longo da minha jornada acadêmica, me confortando em minhas aflições.

À minha orientadora professora Priscila Gomes que desde o primeiro período me forneceu respostas esclarecedoras às minhas inúmeras inquietações.

Aos meus amigos da Arquivologia, em especial Lúcia e Pedro, que foram inseparáveis em todas disciplinas e, sem eles, minha jornada seria incompleta.

Aos meus professores que são exemplos de ligação entre docentes e discentes, principalmente Eliezer, Marcelo, João Marcus e Danilo.

Por fim, agradeço à Escola Municipal Friedenreich, que por meio de sua Equipe maravilhosa me mostrou que é possível acreditar e fazer parte de uma educação pública de qualidade, especialmente às minhas amigas Ana Carolina, Andrea Filardi, Andrea Neves, Claudia, Fatima, Mariana, Monica, Renata, Sandra, Sheyla, Tania Luz e Tania Muniz. Digo que vocês são um exemplo para minha formação.

“O homem não é nada além daquilo que a educação faz dele”  
Kant

## RESUMO

Gomes, Guilherme Santos. **A importância dos registros documentais para a (re)construção da identidade dos sujeitos da Escola Municipal Friedenreich.** 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Arquivologia). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro

Este trabalho tem por objetivo apresentar o processo de demolição da Escola Municipal Friedenreich ocorrido entre os anos de 2007 e 2013 através dos registros documentais. Analisa a relação de resistência de seu patrono Arthur Friedenreich, jogador negro que resistiu aos constantes ataques racistas entre as décadas de 1910 e 1930, com a atuação de uma Comunidade Escolar atuante politicamente, marcada pela luta contra um sistema que valoriza o lucro ao agir através do Estado. Este tinha como objetivo demolir uma unidade escolar para a construção de equipamentos de apoio à Copa do Mundo e Olimpíadas. Aborda o conceito de memória, história, patrimônio e cultura, levando em consideração as múltiplas relações existentes no ambiente escolar. Estuda como a vasta documentação disponível registra as movimentações da sociedade contra as imposições do Capital e, como estes registros atuam na (re)construção identitária dos sujeitos escolares através do processo educativo.

**Palavras-Chave:** Escola Municipal Friedenreich. Arquivos Escolares. Cultura Escolar. Identidade. Memória. Patrimônio.



## ABSTRACT

This work aims at presenting, by means of documentary records, the demolition process of Friedenreich Municipal School, which occurred between the years of 2007 and 2013. It analyzes the resistance relationship of its patron, A.F., black player who resisted the constant racist attacks between the decades of 1910 and 1930, and the performance of a politically active school community, marked by the fighting against a system which values the profit, by acting through state, aiming at demolishing a school unit in order to build supporting equipment for the World Cup and the Olympic Games. It addresses the concept of memory, history, patrimony, and culture, taking into consideration the multiple relations of the school environment. It studies how the vast available documentation registers the society movements against the imposition of capital, and how these registers act in the identity re(con)striction of the school subjects by means of the educational process.

**Keywords:** Friedenreich Municipal School. School Files. School Culture. Identity. Memory. Patrimony.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> A Escola Municipal Friedenreich .....	17
<b>Figura 2:</b> Presença de Fried na inauguração de escola com seu nome .....	18
<b>Figura 3:</b> Leônidas, Fried e Pelé, conhecidos como A Santíssima Trindade .....	22
<b>Figura 4:</b> Localização da E.M. Friedenreich no Maracanã.....	23
<b>Figura 5:</b> Charge feita para um aluno da escola .....	27
<b>Figura 6:</b> Sugestão para colocar a imagem como capa no Facebook .....	28
<b>Figura 7:</b> Notícia postada com mais de 2 mil compartilhamentos .....	30
<b>Figura 8:</b> Mural Projeto família na Escola .....	47
<b>Figura 9:</b> Mural Lacre Amigo .....	47
<b>Figura 10:</b> Professora Andrea Neves e alunos no Troca-troca de livros .....	48

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

AGCRJ – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

CNE – Conselho Nacional de Educação

CRE – Coordenadoria Regional de Educação

E.M. – Escola Municipal

FIFA – Federação Internacional de Futebol

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MP – Ministério Público

PL – Projeto de Lei

SME – Secretaria Municipal de Educação

TIC – Tecnologia de Informação e Comunicação

U.E. – Unidade Escolar

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	11
1. FRIEDENREICH E SUAS RESISTÊNCIAS .....	16
1.1. QUEM FOI ARTHUR FRIEDENREICH? .....	18
1.2. O PROCESSO DE DEMOLIÇÃO DA E. M. FRIEDENREICH .....	22
2. OS ENTRELAÇAMENTOS ENTRE MEMÓRIA E IDENTIDADE .....	32
3. ARQUIVO, PATRIMÔNIO E CULTURA: POSSIBILIDADES PARA A MATERIALIDADE PEDAGÓGICA.....	38
3.1. O ARQUIVO ESCOLAR .....	38
3.2. O PATRIMÔNIO E SUAS AÇÕES .....	43
3.3. A CULTURA E SUAS FORMAS DE APRESENTAÇÃO NA ESCOLA MUNICIPAL FRIEDENREICH .....	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	50
REFERÊNCIAS.....	511

## INTRODUÇÃO

Inaugurada em 28 de setembro de 1965 pelo governador Carlos Lacerda, recebeu o nome de Friedenreich em homenagem ao jogador de futebol Arthur Friedenreich, um dos principais jogadores da seleção brasileira de futebol nas décadas de 1920 e 1930. É tombada em âmbito municipal pela Lei 5638 de 06 de dezembro de 2013. A Escola Municipal Friedenreich está situada na Avenida Maracanã, 350, no Complexo Esportivo do Maracanã. Seu público é diverso, composto, em sua maioria, por crianças dos bairros da Mangureira, Vila Isabel, Rio Comprido, Tijuca, Grajaú e do próprio Maracanã.

Até o ano de 1999, a Unidade Escolar atendia a Educação Infantil (pré-escola) ao 9º ano do Ensino Fundamental (antiga 8ª série). A partir de 2000, passou a acomodar em dois turnos da Educação Infantil (pré-escola) ao 5º ano do Ensino Fundamental. Atualmente, além da quadra de esportes coberta, secretaria, refeitório e sala dos professores, a escola possui 10 salas de aula, incluindo sala de leitura, informática e sala de recursos.

Em 2007, após a confirmação em que o Brasil iria sediar a Copa do Mundo de 2014, começaram as especulações a respeito de sua demolição, pois se tratava de um espaço estrategicamente interessante para a realização de obras voltadas para esse evento mundial.

Em 2009, o Estado, através da Secretaria Estadual de Turismo, Esporte e Lazer, divulgou que a Unidade Escolar seria demolida e que não havia previsão de realocação do colégio. O Governo queria permitir a demolição de uma escola sem garantir a construção prévia de outra. Foi assim que começaram as movimentações dos educadores e responsáveis pela luta da permanência da Friedenreich no Maracanã.

Este trabalho investigou os registros do processo de luta para a permanência da Unidade Escolar em seu lugar de origem, delimitado entre 2007 e 2013. Sendo um período de grande materialidade na formação dos envolvidos no processo de cidadania, sendo estudado como a escola aborda este processo em seu fazer pedagógico, contribuindo para o sentimento de coletividade e pertencimento de seus alunos em uma instituição pública de qualidade.

Desse modo, nos debruçamos nas seguintes perguntas: Como os registros escolares podem contribuir para a manutenção de um senso de identidade e coletividade? Como os documentos nos ajudam a pensar a construção dos sujeitos da/na/com a escola? Compreendendo a identidade da Instituição como um processo dialético, no qual é possível verificar que, por meio dos diversos atores envolvidos no processo educativo, há a ressignificação de sua existência.

Nossa intenção ao trabalhar com os registros escolares é pensar o quanto os mesmos à luz das questões presentes nos ajudam a refletir sobre o processo educativo nesta escola, despertando um olhar sensível para questões que nos remetem à constituição dos sujeitos, neste caso, a formação das identidades. Deste modo, percebe-se o quanto as identidades dos sujeitos que circulam na escola estão marcadas pela resistência, que é fruto de uma construção histórica.

Coloca-se em debate vários fatores para esta articulação, como próprio prédio como um lugar de memórias, guardando e produzindo vivências imensuráveis para cada membro do corpo escolar. Ali há uma relação íntima com o passado escolar e a produção de pertencimento único, como afirma Mogarro (2005, p. 91): “A instituição escolar constitui o universo de uma cultura própria e sedimentada historicamente, sendo também a produtora dos traços/documentos dessa cultura.”

Desta forma, surge a inquietude de como esta documentação, que muitas vezes está depositada em um “arquivo morto”, poderá tornar-se um mecanismo trabalhado pelos docentes, levando efetivamente à materialidade pedagógica, transformando-se em um “arquivo vivo”. Proporcionando, dessa maneira, a materialidade da recriação do espaço coletivo, no qual suas marcas culturais, históricas e memórias são cultivadas e privilegiadas.

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (LE GOFF, 1996 apud PEREIRA, 2007, p. 87).

Esta pesquisa buscou compreender a função do arquivo como ator ativo no processo educativo da escola através da preservação de fontes que contribuíram e contribuem para a formação da identidade da Escola Municipal Friedenreich. Procurando contextualizar o processo ocorrido entre o ano de 2007 e 2013, no qual havia o interesse por parte do Estado e de empresas consorciadas na demolição da escola. A partir do entendimento desse processo, é possível demonstrar como este período contribuiu para a formação crítica dos atores envolvidos através da importância na participação de cada membro da sociedade.

Proporcionar o exercício da cidadania em um arquivo é possibilitar o processo educacional. Nesse sentido, nos arquivos é possível se concretizar o ato de educar e os arquivos escolares com um acervo tão rico em informações proporciona a execução dessa tarefa (REIS; REIS, 2007, p. 482).

Assim, entendendo que todas as ações envolvidas no contexto culminaram na permanência do prédio em seu local de origem, proporcionando a materialidade de uma ação pedagógica, refletindo diretamente na prática social dos indivíduos.

A pesquisa se justifica pela necessidade em compreender como uma Instituição, neste caso a Escola Municipal Friedenreich, pode utilizar o arquivo como instrumento que projeta

sua história como um espaço de reflexão, contribuindo para que o(a) estudante (re)signifique sua condição enquanto sujeito, não só no espaço micro do cotidiano escolar, mas também num espaço macro, voltado para a sociedade.

O arquivo, constituindo o núcleo duro da informação sobre a escola, corresponde a um conjunto homogêneo e ocupa um lugar central e de referência no universo das fontes de informação que podem ser utilizadas para reconstruir o itinerário da instituição escolar. (MOGARRO, 2005, p. 77-78).

Nesse sentido, o arquivo escolar possui inestimável contribuição, pois através de suas informações, faz-se surgir nos(as) estudantes a sensação de tornar-se efetivamente um cidadão, fazendo parte de um grande processo. É preciso haver o real reconhecimento de uma Unidade Escolar como capaz produzir sujeitos através de sua singular prática social.

É importante ressaltar que há poucos trabalhos na arquivologia que se inserem na dinâmica do arquivo escolar. Há a necessidade de maior aprofundamento, tanto pelos cursos, quanto pelos discentes que ainda não conhecem a real importância do trabalho do arquivista na preservação e gestão dos acervos escolares. Cabendo compreender a utilização deste acervo como ferramenta para a fazer pedagógico, possibilitando à comunidade escolar a (re)leitura da história da escola a partir de um determinado processo.

Entende-se a educação como um dos elementos essenciais para as relações sociais. O ser humano só é condicionado a tal se for educado. Saviani (2013), afirma que o homem não se forma naturalmente, ele é um resultado do processo educativo. Desta forma, a história age como um instrumento, não podendo ser negada.

Através da compreensão dos processos que colaboram para a constante formação da Escola Municipal Friedenreich, através de sua trajetória histórico-temporal, é que o aluno poderá sentir-se como um elemento ativo em seu local. Nesse sentido, o mesmo também compõe um ambiente dialético, onde a (re)criação dos saberes é constante e sua colaboração é fundamental.

Não se trata de repensar o passado em função do presente, mas de aproveitar do passado o suficiente para a manutenção do presente institucional. É uma memória que coexiste com o presente, que faz com que as ações passadas estejam se atualizando no presente. Há um certo passado coexistindo com o presente, como um hábito que se reproduz” (THIESEN, 2013, P. 165).

Assim, percebe-se que a sustentação da identidade escolar se renova graças às práticas pedagógicas que se comunicam ao longo da história através de novas formas de saberes e fazeres que se materializam no cotidiano escolar, dentre eles o próprio Projeto Político Pedagógico (PPP). “A memória é uma construção social e não um reservatório de dados”, Thiesen (2013, p. 33). Isso fica evidente quando há uma troca entre os atores escolares, onde cada ser deixa sua contribuição, mas ao mesmo tempo adquire singularidades que ficarão marcadas para sempre em sua vida.

Todavia, para que efetivamente esta identidade pela comunidade escolar seja incorporada, a construção histórica deverá ser trabalhada de forma efetiva, levando em consideração a análise e a associação dos processos de forma lógica para se chegar à realidade. Corroborando com esta análise, Bauer (2011, p.42) coloca que “a realidade ou mesmo as representações simbólicas da realidade social somente conseguem expressar-se quando se associam ao tempo histórico que a produz”.

A Escola Municipal Friedenreich possui 53 anos de fundação, colabora/colaborou com a formação de milhares de estudantes, tendo-os como sujeitos escolares que ao mesmo tempo em que apreendem aquela determinada cultura, também contribuem com suas especificidades.

Este trabalho está direcionado para o processo de ameaça de demolição desta Instituição que proporcionou o despertar da sociedade e, principalmente, dos atores que possuem alguma relação com a Friedenreich (ocorrido entre os anos de 2007 a 2013). Pergunta-se: como este processo contribuiu para a cultura daquela Unidade Escolar? De fato, a experiência de quem lutou naquele momento é único, entretanto os registros documentais possuem fundamental importância para contribuir com planejamento pedagógico a fim de proporcionar aos atuais estudantes a sensação de fazer parte de um relevante processo social. Para Mogarro (2005, p. 92), a cultura escolar é

Constituída por um conjunto de teorias, saberes, ideias e princípios, normas, regras, rituais, rotinas, hábitos e práticas, a cultura escolar, na sua acepção mais lata, remete-nos também para as formas de fazer e de pensar, para os comportamentos, sedimentados ao longo do tempo e que se apresentam como tradições, regularidades e regras, mais subentendidas que expressas, as quais são partilhadas pelos actores educativos no seio das instituições. Os traços característicos da cultura escolar (continuidade, persistência, institucionalização e relativa autonomia) permitem-lhe gerar produtos, que lhe dão a configuração de uma cultura independente. Essa cultura constitui um substrato formado, ao longo do tempo, por camadas mais entrelaçadas que sobrepostas, que importa separar e analisar.

Segundo Yves Chevallard (1991), a escola possui a capacidade em produzir uma cultura específica, afirmando ainda que há tantas culturas escolares quanto instituições de ensino. É claro que não há uma rejeição dos conflitos sociais que estão em andamento na sociedade, mas o que será discutido é a especificidade de cada ambiente, sendo às necessidades da comunidade escolar a principal especificidade.

Corroborando com o pensamento de Chevallard, Mogarro (2005, p. 91), afirma que “no interior de estruturas complexas, como são as escolas, as pessoas estabelecem relações de poder e de comunicação, transmitem e apreendem uma cultura e são, por sua vez, produtoras de cultura.” Assim, entende-se que estas produções singulares demandem uma análise arquivística própria, levando em consideração os saberes ímpares ligados à materialidade documental disponível sobre aquela instituição.



A metodologia desenvolvida levou em conta a pesquisa bibliográfica, onde foram consultadas notícias (impressa e online), incluindo material audiovisual. Cabe salientar que foi realizada uma análise qualitativa das fontes consultadas através de fundos documentais externos e internos à escola. Além de artigos que estudam todo o processo e mobilização dos Movimentos Sociais que lutavam contra as diversas modificações, principalmente obras faraônicas e demolições que ocorriam no Rio de Janeiro como justificativas para Copa do Mundo e Olimpíadas.

## 1. FRIEDENREICH E SUAS RESISTÊNCIAS

Desde a prática do futebol como uma categoria esportiva de destaque, ocorrida logo no início do século XX, Arthur Friedenreich representou “contradição” da inserção de um mulato em um mundo no qual sua cor e seus cabelos não eram tolerados. João Máximo, resume em um singular raciocínio o que Arthur Friedenreich, apelidado carinhosamente de Fried e El Tigre, representava em sua época:

Filho de alemão com negra brasileira, dividindo sua infância entre o clube fechado do pai e as peladas democráticas do bairro da mãe, o mulato de olhos verdes foi, até fins dos anos 20, **uma espécie de estranho no ninho, um homem do povo vestindo a mesma camisa dos jovens da elite**, fazendo-se campeão e artilheiro, chegando à seleção paulista e depois à brasileira, tudo isso numa época em que nenhum de seus europeizados companheiros e adversários jogava a metade de seu futebol. (1999, p. 183, grifo nosso).

A elitização do futebol era tão intensa no Brasil que em 1921, Epiácio Pessoa recomendou que negros não fossem incluídos na Seleção que iria disputar o Campeonato Sul-Americano, em Buenos Aires. Para Máximo (1999) o nosso país era declaradamente racista. O autor ainda afirma que clubes como o Grêmio Porto-alegrense proibiam em seus estatutos que negros vestissem sua camisa (nesse caso, essa vedação foi somente extinguida na década de 1950, já com duas décadas da profissionalização do futebol).

Desta forma, percebe-se que Arthur Friedenreich, atleta de elite de pele parda, resistiu de maneira singular, consagrando-se como um dos melhores jogadores nacionais no auge da marginalização dos negros no futebol no Brasil.

Já a Escola Municipal Friedenreich é uma escola localizada no Complexo do Maracanã, representando a luta de uma escola com um pouco mais de 350 alunos contra a cobiça direta por cada metro quadrado daquela instituição.

Em nome do desenvolvimento econômico-empresarial, para as grandes empreiteiras, o espaço geográfico não deveria incluir uma unidade de ensino, sim um shopping, estacionamentos e tudo que pudesse promover o lucro. Freire destaca que estes megaeventos servem como uma das ferramentas em que o neoliberalismo atua, transformando a cidade em uma mercadoria: “nesse modelo neoliberal, os grandes projetos arquitetônicos e eventos internacionais representam uma oportunidade privilegiada para acirrar a competição e aquecer o mercado urbano” (2013, p. 102).

Esta luta pelo reconhecimento das reivindicações como algo democrático e a atuação da Comunidade Escolar como representação da voz da sociedade, colaborou para a transformação da Escola Municipal Friedenreich como um símbolo de luta e resistência contra as imposições governamentais e a ganância do capital. O lucro não poderia prevalecer à democracia.

Figura 1. A Escola Municipal Friedenreich



Disponível em: <<https://escolamunicipalfriedenreich.blogspot.com/>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

O papel do Estado como fomentador de Políticas Públicas visando o bem de sua população não foi realizado de forma efetiva no Rio de Janeiro. Grupos econômicos se tornaram os próprios idealizadores de projetos para a sociedade através de uma atuação forte na política. Assim, a Copa do Mundo e as Olimpíadas forneceram legitimidade para a atuação de grandes corporações ao explorarem tais localidades em troca de vantagens econômicas e políticas.

Todavia, os idealizadores que montavam estratégias de demolições e lucros (muitos, hoje, encontram-se condenados por corrupção) não contavam com a atuação da Comunidade Escolar da E.M. Friedenreich, com seus alunos, ex-alunos, educadores, responsáveis e a própria população na luta contra estas arbitrariedades.

Figura 2. Presença de Fried na inauguração de escola com seu nome

Jornal do Brasil, Quarta-Feira, 29-9-65, 1.º Cad. — 17

# ...a garantirá manutenção da paz, diz Lacerda

## Friedenreich comparece à inauguração de escola

O Governador Carlos Lacerda inaugurou ontem a **Escola Friedenreich**, localizada no Estádio do Maracanã, numa solenidade que contou com a presença do famoso jogador de futebol, considerado o Pelé de 1920, e na qual afirmou que "toda sorte de faltas, máscaras e pênaltis estão sendo cometidas no campo das eleições nesta época de vale-tudo".

Frisando que "quem mais apanha é o juiz" o Governador pediu "ao nosso time", ao scratch campo da democracia na Guanabara, que está acabando de vencer a sua batalha mais forte" mais um "meio-tempo de jogo" a fim de que "possamos conquistar o bicampeonato na Guanabara e o campeonato nacional a ser realizado em Brasília no ano que vêm".

**A SOLENIIDADE**

O Governador Carlos Lacerda, acompanhado da Secretária de Educação, Professora Maria Teresinha Saraiva, e do Deputado Gama Lima, chegou ao local às 16h 30m procedendo ao hasteamento do pavilhão nacional e ao corte da fita simbólica colocada à entrada da Escola, que se situa dentro do Estádio do Maracanã.

Aplaudido pela multidão que se concentrava no interior do prédio devido à chuva que caiu ontem sobre a Cidade, o Governador distribuiu a 56 clubes amadores de futebol, que sofraram de uma seleção de 565

escolhidos para disputar a Taça Governo do Estado promovida pela ADEG, farto material esportivo como camisas, chuteiras e bolas.

Na ocasião falaram os Srs. Araken Patusca, Presidente do Clube Veteranos de São Paulo, Marcos Carreiro de Mendonça, representante da família de Arthur Friedenreich, e Orlando Fernandes de Almeida, Presidente da Associação Atlética 21 de Abril.

**O JOGO**

Bastante rouco, o Governador iniciou seu discurso lembrando que no seu infelo o futebol era um jogo inglês e que homens como Friedenreich nele injetaram o samba, resultando daí o futebol brasileiro, "da mesma forma que injetamos a idéia de que a política não é nada se não servir para coisa melhor" na vida brasileira.

O Governador aconselhou "ao seu time" não se desinteressar pelo jogo do adversário, "pois cada um deve jogar em sua posição, fazendo força pela conquista de novos tentos e marcando cerrado o adversário".

Ao finalizar suas palavras o Governador disse que "na qualidade de técnico do time, peço a todos que me dêem como capitão o craque Piexa Ribeiro para que possa levar nosso time avante e conquistar o campeonato nacional de Brasília".

**O PELÉ DOS BONS TEMPOS**



*Friedenreich, às do futebol de 1920, ficou cercado de jovens estudantes, curiosos por ver "um craque antigo"*

**Mauro agredido por Trota Rural do Serviço Público**

Fonte: Acervo do Centro de Referência da Educação Pública da Cidade do Rio de Janeiro - Anísio Teixeira.

Apesar de pertencerem a épocas distintas, ainda foi possível o encontro dos mesmos. Como aponta a figura 2, em uma publicação no Jornal do Brasil de 29/09/1965, Friedenreich compareceu à inauguração da escola que levaria seu nome, 4 anos antes de seu falecimento. A escola aprendeu com seu patrono que ser resistência não é fácil, mas é de suma importância para chegar ao resultado almejado. As imposições que nos agridem devem, também, ser confrontadas.

## 1.1. QUEM FOI ARTHUR FRIEDENREICH?

Apesar de Arthur Friedenreich ser uma personalidade que se destacou durante as três primeiras décadas de 1900 (famoso para sua época), não é simples encontrar publicações que contam em detalhes seu trajeto de vida, tanto pessoal, quanto profissional. Em uma busca mais longa, é possível perceber que na maioria dos casos, as publicações tratam a respeito de seus feitos no futebol, porém isso não abarca totalmente a pesquisa, já que sua trajetória ao longo da vida também é de interesse para a compreensão de sua contribuição para a sociedade.

A primeira bola de futebol vinda para o Brasil foi por meio de Charles Miller, em 1894. Este episódio marcou o início de uma grande era que perdura fortemente até os dias atuais, no qual o futebol é o esporte mais praticado pelo Brasil e em muitos outros lugares do mundo, movimentando milhões de reais em transações que envolvem principalmente jogadores.

Todavia, no início do século XX, este esporte veio ao país como uma consequência da modernização, onde a cultura “refinada” do esporte europeu necessitava ultrapassar as barreiras continentais e ser praticada pelas mais altas elites que não deixavam de ter o rigor nos modos impostos pelas etiquetas modernizadoras.

O futebol, segundo as boas práticas elitistas, deveria compor o espaço geográfico através das corretas maneiras e uma disciplina exemplar, sendo repudiadas práticas que pudessem ser confundidas com confusão, brigas ou desordem. A partir deste princípio é que todos os povos marginalizados, principalmente os negros, não tinham o direito de ter acesso a essa cultura, onde a mesma era disposta para um segmento minoritário: a elite.

Para Máximo (1999), países vizinhos como Argentina e Uruguai optaram por usar o futebol através de raízes populares, no qual os chefes estimulavam seus operários a “gastar suas energias” jogando bola, assim, evitando movimentos de massa contra o sistema que vigorava naquele local. Por este ângulo, é possível observar que nessas nações havia um corpo de jogadores de origem humilde, diferentemente do Brasil.

Cabe ressaltar que nesta época, a economia brasileira era basicamente rural, sendo sua indústria ainda pouco desenvolvida. A hierarquia nesta sociedade era um fato como a clara distinção entre pobres e ricos e brancos e negros. Todas essas classificações deveriam ser bastante definidas e o compartilhamento de culturas era minimamente difundido. Os esportes eram praticados e restritos: apenas a burguesia possuía este direito. Para Gonçalves Junior (2008, p. 23) “Era preciso manter o esporte dentro de certos parâmetros sociais, alicerçando-se na ampla valorização daquilo que era tido como boa educação e no fato de ser uma prática exclusiva das elites”.

Arthur Friedenreich nasce em 18 de julho de 1892 em São Paulo, onde também iniciou sua carreira. Mulato de olhos verdes, filho de Matilde Friedenreich, baiana, negra, nascida escrava e Oscar Friedenreich, branco, imigrante alemão e comerciante (COSTA, 1999). Em seu livro, *O Tigre do futebol*, Costa (1999), descreve relatos em que Friedenreich possuía imensa paixão pelo futebol desde criança, embora seu desempenho nos estudos não era exemplar (isso incomodava bastante seu pai), até que aos 10 anos chamou atenção de um jogador da equipe do São Paulo do Bexiga, onde seu clube participava dos jogos de várzea. Estes eventos são conhecidos como jogos de várzea por não ter uma estrutura adequada e sem regras fixas, onde suas partidas eram realizadas fora de uma determinação, sendo compostas por jogadores da classe operária e não reconhecidos pela elite dominante. Clubes que funcionam atualmente, como o Corinthians, eram conhecidos como clubes de várzea, justamente por ser compostos por operários, pobres e negros, que eram tratados como pessoas não dignas de compor um time

“de ponta”. Assim, jogar contra clubes que se intitulavam representantes da nobreza significava sofrer com os constantes achincalhamentos. Os esportes deveriam ser sinônimos da alta sociedade burguesa, a qual a boa conduta era medida com uma disciplina intocável, torcidas sem os padrões estabelecidos pelas elites eram dispensadas.

Aspecto altamente relevante presente no discurso elitista da modernidade paulistana – a se mostrar também no futebol – é a questão da boa-educação como elemento fundamental da civilidade. Havia um ideal de respeito e “conduta exemplar” esperado dos atletas, da arbitragem e da torcida. Não se via com bons olhos a violência, o jogo brusco, a deslealdade, tampouco a torcida ruidosa e pouco disciplinada (GONÇALVES JUNIOR, 2008, p. 22).

Não havia, até as primeiras décadas do século XX o reconhecimento da profissão de jogador de futebol. Os atletas deveriam ser profissionais que atuavam em suas áreas, como médicos, engenheiros e advogados, sendo o futebol um lazer. Ao ser praticado em terrenos baldios e em locais não apropriados, o futebol foi considerado um transtorno à sociedade elitizada, causando brigas, alvoroços e quebradeiras praticadas por desempregados e vadios. Essas práticas consternavam a “boa reputação” do esporte e eram veementemente proibidas pelo Estado.

A participação de jogadores na equipe destes times era restrita a brancos, porém, por influência de seu bom jogo e de seu pai (imigrante alemão e comerciante), Friedenreich conseguiu ser aceito. De fato, o uso de alguns artifícios para esconder suas características físicas que identificavam sua descendência mestiça, como o alisamento de seus cabelos e o uso de gorros (COSTA, 1999) eram sinais que a participação do negro no futebol na década de 1910 nem sequer era cogitada. Aos dezessete anos, o jogador sofreu com uma de suas primeiras barreiras no esporte ao tentar ingressar em um time vinculado à colônia alemã de São Paulo, o Germânia. Mesmo sob a influência de seu pai citada acima, sua permanência sofreu resistências como a justificativa da não adequação de jogo comparado aos outros atletas (GONÇALVES JUNIOR, 2008).

Seu singular desempenho começou a tornar maiores proporções quando jogou na equipe do Americano, inclusive disputando jogos fora do país. Em 1914, foi convocado para as seleções paulista e brasileira. Naquela conjuntura a figura de um jogador fora da elite não era comum e trazia estranheza para a imprensa esportiva, chegando ao ponto de sua presença ser até repudiada, em alguns casos. O Estado de São Paulo, em sua edição de 29/06/1914, trazia a seguinte frase sobre Friedenreich: “Jogador medíocre e que não está à altura de representar nossa terra” (apud GONÇALVES JUNIOR, 2008, P. 59). Mesmo com essas barreiras, o jogador tornou-se nos anos seguintes um dos artilheiros de seu Estado.

Todavia, cabe ressaltar que o futebol já em 1919 sofrera com forte paixão popular. A

data de 29 de maio desse ano é marcada pela disputada final do Campeonato Sul-Americano (conhecido atualmente como Copa América), ocorrida no estádio do Fluminense, na qual Friedenreich, que já se tornara destaque no futebol paulista, marcou o gol da vitória, consagrando-se como ícone nacional para todos que acompanhavam o esporte. Atuando no jogo cujo placar foi de 1 para o Brasil e 0 para o Uruguai, onde o único gol consagrado pelas suas chuteiras, conquistou dos uruguaiois o título de El Tigre, sendo considerado o melhor jogador da Seleção Brasileira no Sul-Americano (GONÇALVES JUNIOR, 2008). Para Máximo (1999, p. 184) “O futebol nunca estivera tão na alma do povo. Dali em diante a paixão só cresceria. Torcer tornar-se-ia quase uma religião”. O mulato que se destacou em um campeonato com proporções internacionais fez o operariado ressignificar-se diante da possibilidade de alcançar, também, este prestígio. Antes era impossível um não membro da elite dominante praticar um esporte oficial.

Após o reconhecimento nacional já consolidado, O jogador embarcou com o Paulistano para estrear na Europa em 1925. Seu primeiro jogo foi com a seleção francesa e terminou com a vitória do Paulistano por incríveis 7 x 2, proporcionando um verdadeiro alvoroço no mundo do futebol. Foram trinta e um gols (onze de El Tigre), oito vitórias e uma derrota. Nesse contexto, para Costa, “O artilheiro brasileiro, que fez onze gols na excursão, foi considerado o mais fantástico atleta que o mundo jamais vira” (1999, p. 40).

Sua carreira é bastante extensa, sendo conhecido como um homem com personalidade forte. Paulista ferrenho, Friedenreich lutou com a patente de tenente defendendo seu Estado na Revolução Constitucionalista de 1932. Antes disso, como jogador, já abandonou o campo em uma partida para apagar uma bandeira do Brasil colocada em chamas por jogadores argentinos em Buenos Aires, em 1921 (COSTA, 1999).

Friedenreich atuou bravamente vivenciando três décadas como jogador, fazendo centenas de gols (a quantidade de gols que o mesmo realizou é motivo de discordância para muitos autores). Todavia, todos concordam que sua atuação contribuiu para a conquista de dezenas de títulos nos clubes que defendeu, inclusive a Seleção Brasileira.

Seu último ano como jogador foi em 1935, onde jogou pela última vez na Seleção e finalizou o campeonato estadual no Flamengo, onde aos 43 anos de idade encerrou sua carreira. Após sua aposentadoria como jogador, atuou como juiz e técnico de futebol em alguns clubes por um curto período. Seguiu sua vida longe da fama, entretanto ainda era possível vê-lo em eventos e festividades esportivas, como na figura 3, no qual compareceu ao lançamento do livro de Edson Arantes do Nascimento, Eu Sou Pelé, já em 1961 (DUARTE, 2012).

Figura 3. Leônidas, Fried e Pelé, conhecidos como A Santíssima Trindade.



Fonte: Arquivo Milton Neves (apud DUARTE, 2012, p. 136)

Faleceu em 06 de setembro de 1969 vítima de Parkinson, arteriosclerose e pneumonia. Foi sepultado em São Paulo, lugar que sua paixão era platônica. Com certeza, sua marca será inesquecível para a história do Brasil e do futebol brasileiro.

## **1.2. O PROCESSO DE DEMOLIÇÃO DA E. M. FRIEDENREICH**

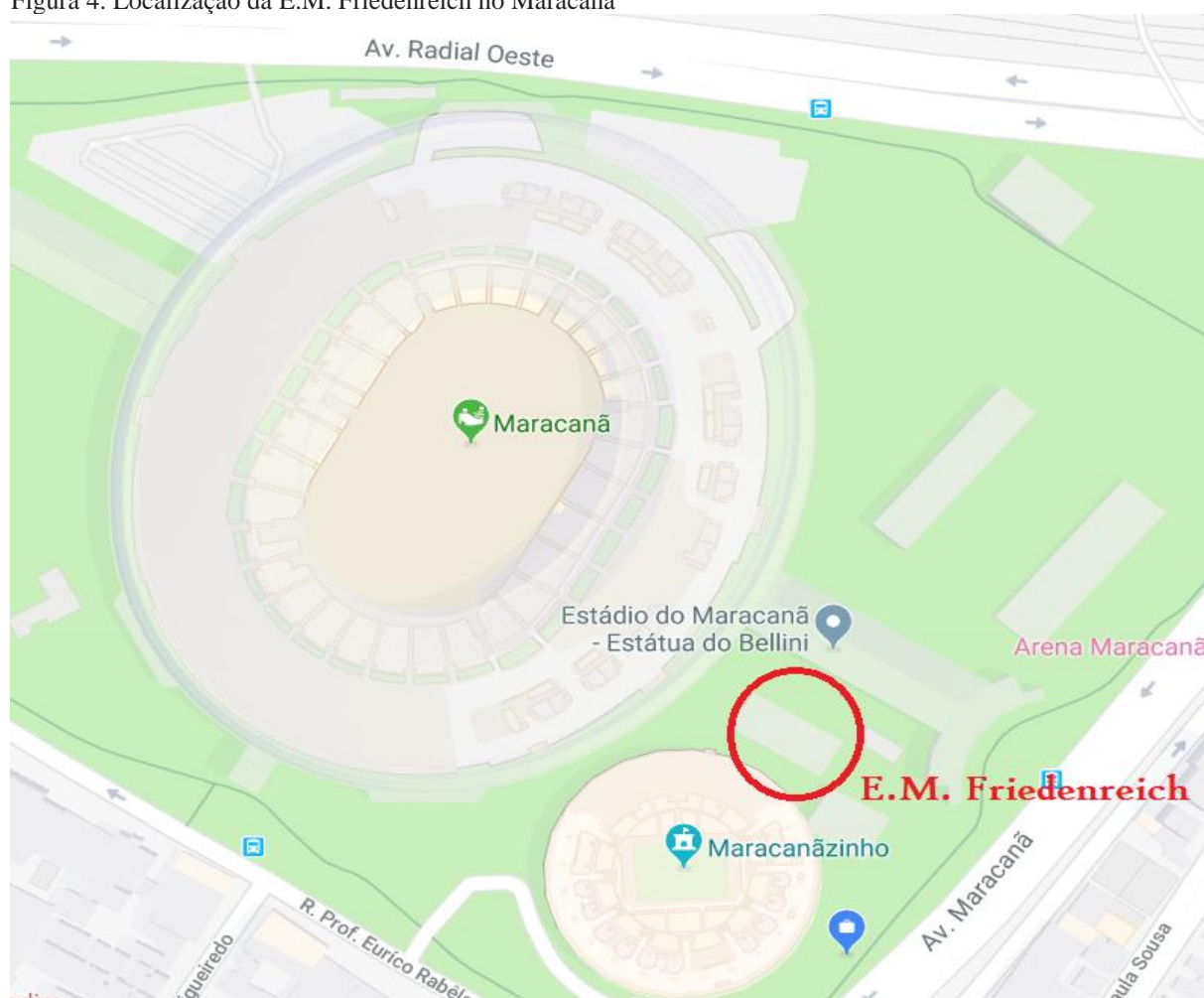
A localização da Escola Municipal Friedenreich foi a principal causa para todo este processo de ameaça à demolição, justamente por fazer parte do Complexo do Maracanã. Compõem este, o Estádio Jornalista Mário Filho, mais conhecido como Maracanã, o qual foi inaugurado em 1950 com o objetivo de ser um dos palcos para a Copa do Mundo do mesmo ano, o Ginásio Gilberto Cardoso, inaugurado em 1954 e conhecido como Maracanãzinho, o Estádio de Atletismo Célio de Barros inaugurado em 1974 e, por último em 1978, o Parque Aquático Júlio Delamare. Cabe salientar que a E.M. Friedenreich foi inaugurada em 1965 e o antigo prédio do Museu do Índio (que já estava naquela localidade bem antes da formação do estádio), não são considerados em publicações do próprio Estado integrantes do complexo esportivo, como os demais citados acima.

Em 30 de outubro de 2007, o Brasil foi escolhido pela FIFA para sediar a Copa do Mundo de 2014, maior evento futebolístico e um dos maiores do mundo. Esse foi o início para todo conflito em torno Complexo do Maracanã. Há 65 anos o famoso estádio estava sendo



inaugurado, com capacidade para 150 mil torcedores, sendo observados registros de um público superior a 190 mil (OLIVEIRA et al. 2015), tornando-se palco de grandes eventos nacionais e internacionais, contribuindo para o desenvolvimento do esporte, principalmente o futebol. Aquele estádio fora construído para o povo, tornou-se um símbolo popular e grande parte da história do futebol no país está relacionada a ele. “[...] desde então o Maracanã consagrou-se como principal palco de grandes momentos desse esporte, que tem sido progressivamente associado a um sentimento cívico, constituinte do *ethos* da brasilidade” (BIENESTEIN et al. 2015, p.5, grifo dos autores).

Figura 4. Localização da E.M. Friedenreich no Maracanã



Fonte: Google Maps. Elaborado pelo autor, 2019.

O processo para o tombamento do estádio iniciou-se em 1983, todavia, consolidou-se somente 17 anos depois, em dezembro de 2000 (BIENSTEIN et al. 2015). Já tombado, o Maracanã passou por algumas obras, dentre elas a de 2007 que visava a realização dos jogos Pan-Americanos e a grande reforma para a Copa de 2014, onde o grau de intervenção na

estrutura foi tão acentuada que provocou questionamentos e intensas discussões que perduram até os dias atuais.

Ser tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, já coloca em questão as grandes mudanças ocorridas em sua estrutura, entretanto, sua transformação dispõe sobre todo o conjunto daquele lugar como um local popular, no qual havia áreas onde ingressos eram mais acessíveis, possibilitando que torcedores pudessem participar do espetáculo com entradas mais populares. Nesse sentido, a valorização fundiária do entorno e a elitização de seus visitantes, proporcionaram a dificuldade de acesso por parte da maioria de seus frequentadores antigos que agora não possuem mais condições de arcar com todo custo envolvido nos novos espetáculos. Agora, somente um público com alto poder aquisitivo poderá ter amplo acesso ao estádio.

As obras faraônicas de 2014 não afetavam somente no famoso estádio, mas colocava em xeque a permanência dos prédios ao seu redor: Escola Municipal Friedenreich, Parque Aquático Júlio Delamare, Estádio de Atletismo Célio de Barros e o Museu do Índio. O edital de concessão à iniciativa privada apresentado pelo Governo do Estado foi publicado sem nenhuma consulta à população, reforçado por ações não democráticas nas quais deletavam da história bens do povo com interesses obscuros.

O Estado não se preocupou com ações transparentes que pudessem fornecer ares de legitimidade às suas imposições, agiu como um trator, por muitas vezes, justificando imposições da FIFA e que essas não poderiam ser revogadas. Foi assim que surgiram movimentos sociais como “O Maraca é Nosso! – pela imediata anulação da privatização do Maracanã” pelo Comitê Popular da Copa e Olimpíadas (BIENESTEIN et al. 2015), possuindo também o objetivo evitar a demolição de seu entorno.

Essas alterações estavam relacionadas intimamente com o setor privado, que através das PPP's (Parcerias Público-Privadas), movimentavam milhões de reais em pequenas, médias e grandes obras, até mesmo sem o processo licitatório ideal. O apetite neoliberal crescia a todo instante e essas consequências não se limitavam apenas ao núcleo do evento. Remoções como a Vila Autódromo e a favela do Metrô-Mangueira foram fontes de conflitos que se relacionavam com os eventos.

A principal justificativa acionada para tamanha intervenção se baseou na necessidade de *construção de estacionamentos e um shopping center*, que fariam com que o estádio atendesse as exigências da FIFA por vagas, além de se tornar um importante atrativo comercial para que a iniciativa privada finalmente se interessasse pela concessão (BIENESTEIN et al. 2015, p.8, grifo nosso).

Em contrapartida à iniciativa do Estado, a população, que estava de alguma maneira ligada aos atingidos pelas inesperadas mudanças, começou a articular-se com o objetivo de pressionar o poder público, fomentando um diálogo amplo e justo que garantissem os direitos sociais.

De acordo com Merola (2009), em sua matéria publicada no Jornal Extra, a Secretaria Estadual de Turismo, Esporte e Lazer informou em 05/11/2009 que a E.M. Friedenreich faria parte das demolições planejadas para a Copa de 2014 e que não havia previsão para a realocação da escola. Foi o ponto de partida para a Comunidade Escolar iniciar suas mobilizações para a luta e permanência em seu local de origem.

Como estratégia, as redes sociais foram bastante importantes para a mobilização. Familiares, alunos e funcionários da Escola Municipal Friedenreich usaram a internet como aliada, divulgando a história de sua querida Instituição de Ensino e o iminente risco de sua demolição. Também foram iniciadas manifestações pacíficas na porta da escola com o objetivo de atingir a própria população que frequenta seu entorno e um abaixo-assinado com mais de 3500 assinaturas (o mesmo encontra-se no acervo da escola), nos quais manifestavam o descontentamento da Comunidade Escolar quanto à provável demolição do prédio, solicitando ao Poder Público garantias mínimas para a continuidade do ano letivo e, se necessário, uma transferência de local segura e respeitosa com todos os segmentos que integram a unidade.

Todavia, estas notícias de 2009 foram silenciadas, nada mais se falava a respeito. Os anos de 2010 e 2011 foram mais tranquilos, os alunos estavam frequentando aquele ambiente não mais preocupados como antes.

Cabe salientar que a introdução do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro já havia sido provocada pela ouvidoria número 80121, transformando-se no processo 2009.00435932, no qual consta possível demolição do prédio da E.M. Friedenreich e o receio do encerramento do atendimento à comunidade. A 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação da Capital, representada pela Promotora de Justiça Bianca Mota de Moraes, contestou a 2ª Coordenadoria Regional de Educação (responsável sobre a escola) e a Secretaria Estadual de Obras, obtendo respostas negativas quanto qualquer intervenção na E.M. Friedenreich. A par dessas informações, o auto foi arquivado em 01/10/2012.

Somente em 22/10/2012, com a divulgação da minuta edital de concessão, é que o clima de demolição retornou. Magalhães (2012) ressalta que a mesma previa a demolição do antigo Museu do Índio, o Estádio Célio de Barros, Parque Aquático Júlio Delamare e a transferência da E.M. Friedenreich para um destino ainda não escolhido.

A sensação por além de perder seu local de origem e ainda não saber onde será o futuro local de estudo para as crianças promoveu novamente a necessidade de busca por apoiadores que ficassem sensibilizados e, de alguma forma, colaborassem pressionando ao governo que não realizasse estas ações contra estes patrimônios.

O Secretário da Casa Civil do Estado à época, Regis Fichtner e hoje condenado, afirmava que todas estas demolições seriam necessárias para atender às exigências da FIFA (MAGALHÃES, 2012). Rapidamente houve uma grande ajuda, principalmente dos movimentos sociais, já que o que estava em jogo não era somente uma escola pública de qualidade, mas sua destruição que objetivava satisfazer um apetite de empresas e governantes corruptos que visavam somente o lucro.

Em 2012, a escola era avaliada segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), com 7,0 pontos, ocupando a quarta colocação no ranking das escolas municipais da cidade. Era mais um motivo para que não ocorresse sua transferência para outro local, ainda incerto. Uma das melhores escolas do município deveria ser colocada como modelo, provando que o esporte deve caminhar e desenvolver juntamente com a escola, projetos não faltavam.

No dia 08/11/2012 foi promovida a Audiência Pública no Galpão da Cidadania, na Gamboa. Seu objetivo era tratar sobre a concessão do Maracanã, sendo composta por representantes do governo estadual, dos movimentos sociais, parlamentares, índios da Aldeia Maracanã e a comunidade da E.M. Friedenreich (BALTAR, 2012 apud DODEBEI; WERNECK, 2014). Os pais, alunos e educadores da escola mobilizaram-se e com a ajuda o MEU RIO (rede de ação do Rio de Janeiro que promove pressão políticas através das constantes fiscalizações que se realizam de várias formas, principalmente através das redes sociais) fretando quatro ônibus para a Audiência. Mesmo com a presença de mais de quinhentos manifestantes (KFOURI, 2012 apud DODEBEI; WERNECK, 2014), não houve uma participação democrática dos presentes e a audiência foi considerada suficiente pelo Estado para validar a escolha se a concessão deveria ser pública ou privada.

Figura 5 – Charge feita para um aluno da escola



Fonte: Carlos Henrique Latuff de Sousa. Disponível em: <https://latuffcartoons.files.wordpress.com/2013/04/escola-friedenreich.gif>. Acesso em 21 jan. 2019.

O Ministério Público voltou a atuar no caso a partir da divulgação da minuta do edital de parceria público privada na qual faz referência à demolição da Friedenreich. Segundo a ATA de Reunião promovida no dia 08/11/2012, provocada por uma mãe de aluno através do processo número 2012.01417989, as obras já estavam afetando a escola graças aos grandes ruídos provocados pelas demolições no entorno, havendo grande tensão de qualquer momento a escola tornar-se alvo das demolições, sem mesmo respeitar o fim do período letivo. Foi salientada a importância da representação pelo prédio escolar, o qual apresenta boa acessibilidade para as crianças com deficiência e a qualidade no ensino prestado. Sua localização geográfica, como ponto central de fácil acesso, também foi questionada, levando em consideração sua possível retirada e a dificuldade de as crianças matriculadas conseguirem ter acesso ao novo local.

Após cinco dias da primeira reunião, no dia 13/11/2012 foi realizada uma nova, já com a presença da Promotora Bianca de Moraes, representando o Ministério Público, Artur Bastos, Gabinete da Secretaria de Estado da Casa Civil, Maria Inêz Brazuna, a 2ª Coordenadoria Regional de Educação, Cláudio Massa, a Secretaria Municipal de Educação, Felipe Areas, o Movimento Social Meu Rio, Áurea Maria Gomes, Carlos Ehlers, Renata Peixoto, Randolpho Ferreira, Carolina Araujo, Sheyla Ferreira e Sandra Malias estavam representando a Comunidade Escolar. Foi afirmado pela promotoria que o Estado do Rio de Janeiro já havia manifestado a negativa de não demolir a Unidade Escolar em um comunicado anterior que constava na ouvidoria 80121, ocasionando o arquivamento do processo. Nesse sentido, foi indagado aos poderes executivos municipais e estaduais quanto à demolição do prédio e se

positivo, onde a comunidade escolar seria alocada. O representante do Governo Estadual respondeu às perguntas com a justificativa que não havia garantia que a escola permanecesse em seu local de origem e que o vencedor da licitação deveria construir uma nova escola em um local indicado pelo Governo Municipal. Os representantes da Secretaria Municipal de Educação ressaltaram a intenção da demolição, porém, isso somente ocorrerá após a instalação da comunidade escolar em um novo prédio e que o próprio município foi surpreendido pelos encaminhamentos do Estado. Foi sugerido pelos representantes municipais a construção de uma nova U.E. localizada no bairro da Mangueira, na antiga Escola de Veterinária do Exército, vizinha ao maracanã. Além disso, os representantes do município salientaram que haverá um próximo encontro com a SME e a Comunidade Escolar para visitar outros imóveis que proporcionem opções de construção.

Dias após, conforme informações obtidas no Jornal O Globo de 27/11/2012, com base nas contradições expostas, em 21/11/2012 o MPERJ entrou com uma Ação Civil Pública com a intenção de evitar a demolição do prédio garantindo, provisoriamente, a permanência da Unidade Escolar no ano letivo de 2013,

A Comissão de Pais não ficou satisfeita com as declarações do Estado e do Município. Não era aceitável que uma das melhores escolas pudesse perder seu local de origem. Os verdadeiros interesses pelo pequeno terreno (bastante cobiçado por Agentes Públicos e grandes empresários) não eram revelados. A discussão sobre a demolição da escola voltou a ser divulgada amplamente pelas redes sociais e pelos movimentos sociais que lutavam pela permanência dos prédios que faziam parte do Complexo do Maracanã e as obras que envolviam milhões de reais. Foram realizadas dezenas de manifestações por parte de alunos, educadores e responsáveis. Inclusive, através do Facebook, a rede Meu Rio propôs que os simpatizantes da causa também fizessem sua parte colocando em sua Home Page a foto de apoio, ainda com a descrição para a assinatura de uma carta online contra a destruição do prédio.

Figura 6. Sugestão para colocar a imagem como capa no Facebook



Disponível em: <<https://www.facebook.com/meurio>>. Acesso em 20 mar. 2019.

O prédio oferecido no bairro vizinho foi rejeitado por sua distância e dificuldade de acesso pelos usuários que utilizavam apenas um transporte ou vinham caminhando, necessitando a mudança de suas rotas, aumentando bastante o tempo de deslocamento.

Nesse sentido, as outras propostas de alocação também eram superficiais e não havia uma posição oficial por parte do município onde realmente a escola seria construída. Após a falta de diálogo e o excesso de incertezas, os responsáveis, alunos e educadores da E.M. Friedenreich decidiram lutar ainda mais pelo legítimo local de sua origem, onde a mesma havia sido construída há 48 anos.

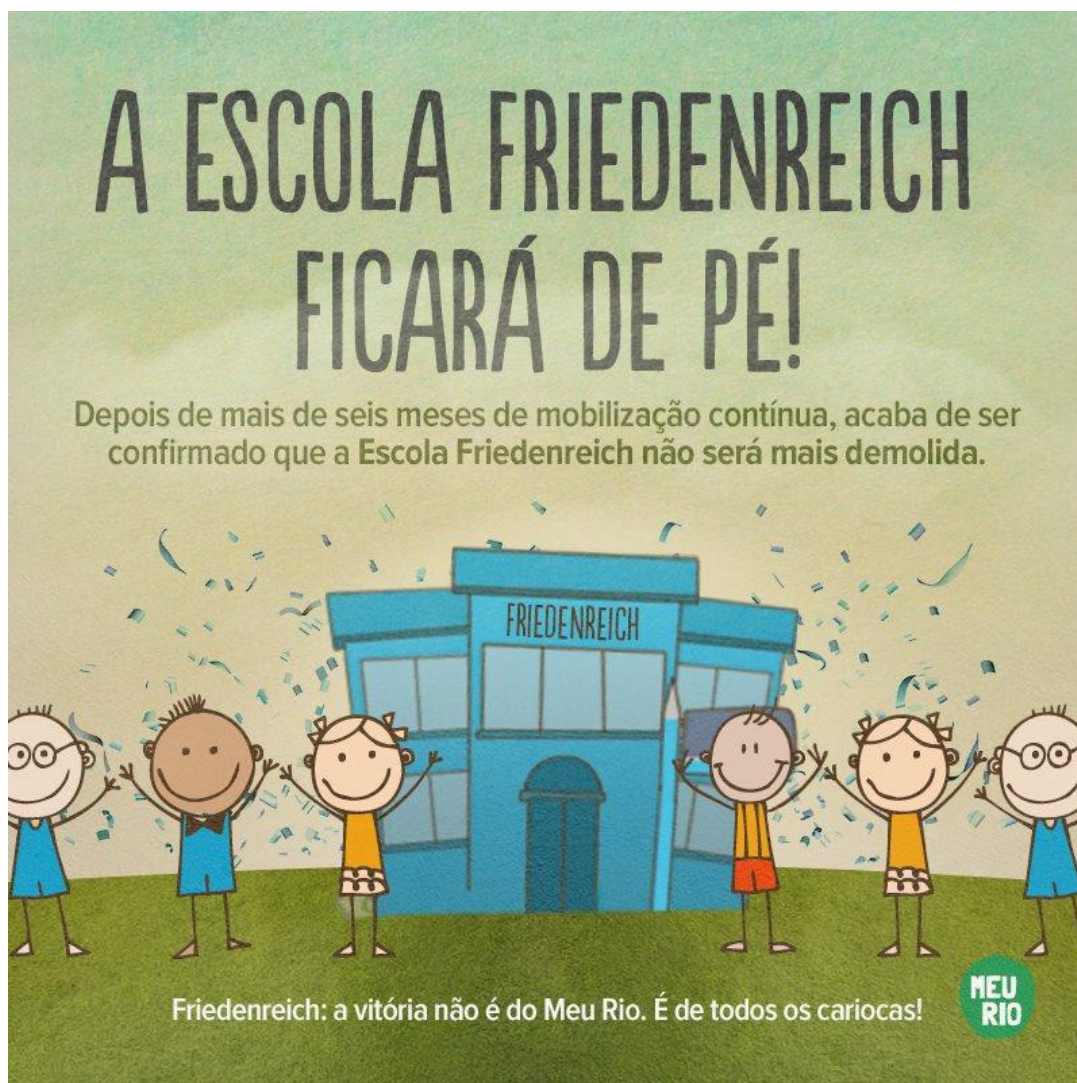
A chave para a vitória seria exatamente buscar um debate democrático com a Sociedade, já que a Administração Pública, representada pelos poderes executivos municipais e estaduais, já estava decidida.

Houve convocação para uma Audiência Pública na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, por iniciativa da Comissão de Educação e Cultura conjunta com a Comissão de Educação da ALERJ, visando tratar justamente sobre a situação da escola, especificamente. Entretanto, a mesma foi cancelada graças a não confirmação das autoridades executivas (AFFONSO, 2012).

Após anos de luta, no dia 05/08/2013, o então governador do Rio de Janeiro anunciou através do Twitter que a Escola Municipal Friedenreich iria continuar no mesmo lugar. Imediatamente as notícias foram rapidamente veiculadas, principalmente por meio das Redes Sociais (principal local utilizado pelos apoiadores da escola).

Já com o pronunciamento do Estado, a Prefeitura publicou o tombamento provisório do imóvel situado na Avenida Maracanã, 350 através do Decreto número 37530 de 9/08/2013.

Figura 7. Notícia postada com mais de 2 mil compartilhamentos



Disponível em: <<https://www.facebook.com/meurio>>. Acesso em 20 mar. 2019.

A luta também foi longa na Câmara Municipal do Rio de Janeiro (desde 2009) através do Projeto de Lei número 469/2009. Este PL foi apresentado justamente nesse ano quando a Secretaria Estadual de Esporte e Lazer divulgou, por meio da imprensa, que a escola fazia parte do contexto de demolições previstas para as obras do Maracanã. Em 2012, já com os rumores à tona, como estratégia, as crianças realizaram várias visitas aos gabinetes dos vereadores com a missão de convencê-los da importância na aprovação do PL e o consequente tombamento da E.M. Friedenreich em seu local de origem. Sua primeira votação ocorreu somente em 18/12/2012, justamente pela pressão popular, sendo aprovado em primeira discussão. Cabe salientar que houve uma manobra por parte da bancada governista, apresentando uma emenda que supria o artigo 2º. Essa exclusão dava ao Poder Público o poder de transferir a U. E. para outros lugares, deixando de contemplar os anseios da Comunidade Escolar. Somente em 30/10/2013 é que o vereador da base retirou sua emenda, dando possibilidade ao



prosseguimento do processo. Cabe salientar que o movimento foi realizado somente após o anúncio pelo Governo Estadual da desistência da demolição da Unidade. Somente no dia 07/11/2013 é que o PL 20090300469 foi votado e aprovado em segunda discussão, dando origem à Lei 5638/2013.

O sentido das intensas mobilizações eram alvo de críticas por alguns membros do governo, já que se o prédio fosse demolido, construiriam outra U.E. em um bairro próximo. Todavia, Oliveira (2009) mostra em seu artigo a sensação de ter sua escola demolida e os assombros guardados por este fato

Vi minha escola ser demolida. Tive o desprazer de vê-la dar lugar a um prédio 'moderno', como dizia a direção. Olhava no chão os pedaços de madeira e presenciava, assim como meus colegas, nossos próprios pedaços: as histórias ali permeadas, histórias que se misturavam com os destroços. Ali estava um prédio demolido. Cada um de nós seguiria seu destino, cada um guardaria o que foi significativo, mas não era tão simples assim. Nossas histórias estavam cravadas naquele lugar (p. 234).

Com isso, foi possível perceber o quanto o ato de resistir se tornou uma marca dos atores da escola, que traziam consigo uma identidade não só pessoal, mas coletiva, capaz de mobilizar ações e lutar pelas suas memórias.

## 2. OS ENTRELAÇAMENTOS ENTRE MEMÓRIA E IDENTIDADE

Maurice Halbwachs, em sua obra *A memória coletiva* (2006), apresenta a distinção de duas memórias: a coletiva e a individual. A coletiva é definida a partir do momento em que as lembranças são arranjadas através de grupos, não importando seu tamanho, armazenando de forma parcial suas referências. Já a individual, refere-se à conservação de elementos singulares, pessoais, que se relacionam através de pensamentos com um ponto de vista.

Pensando que os documentos estão carregados de memórias individuais e coletivas, e que contribuem para um sentimento de pertencimento dos sujeitos, Bonato destaca Medeiros:

Ali, nos documentos, estão memórias individual e coletiva da educação. Não toda, é claro. Mas também não só memória, mas memórias: Memória do papel. Memória da tinta. Memória da letra. Memória da pena. Que tinta é aquela? Por certo uma daquelas obtidas com receita, que passou de professor a professor, ou de pai a pai, de aluno a aluno, antes da disseminação da tinta industrial (MEDEIROS, 2003, apud BONATO, 2005, p. 199).

Em razão disso, Halbwachs (2006) afirma que as impressões não acontecem somente baseadas em nossas lembranças, elas não estão isoladas, são fortalecidas também pelas recordações de outros, fazendo que a experiência realizada por um, seja recomeçada por muitos. Ressalta ainda que a memória individual, se suprimida totalmente, não seria possível encontrar pontos em comum na memória dos outros. Nesse sentido, o processo de reconstrução ficaria prejudicado no instante do despertar da lembrança. Sua reconstrução somente é possível a partir de uma base comum: a memória individual necessita das contribuições da memória coletiva. “Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente” (HALBWACHS, 2006, p. 72).

Pollak, no ensaio intitulado *Memória e identidade social* (1992), apresenta dois elementos constitutivos da memória: os acontecimentos vividos pessoalmente e os acontecimentos vividos por tabela, sendo o último fazendo-se presente pelos acontecimentos vividos pela coletividade ou grupo. Mesmo após as ameaças de demolição da escola (ocorrido entre 2009 e 2013) e a luta pela sua permanência, a Comunidade Escolar foi renovada. Atualmente, a maioria das crianças que frequentam aquele local nasceram no período em que outros alunos estavam envolvidos no processo. Para lembrar o fato, é necessário que os atuais estudantes sejam remetidos às memórias de outros ou através notícias passadas até mesmo como únicas fontes sobre a questão. Assim, mesmo não participando diretamente de determinado evento, a partir dos acontecimentos vividos por tabela, é possível afirmar que isso não os coloca de nenhuma forma menos incluídos no ambiente, pois eles representam a

materialidade dos feitos passados e que agora vivenciam a atual realidade.

Em um ambiente escolar, é comum ouvir de avós, pais e filhos lembranças que remetem gerações. É possível observar casos em que famílias se renovam naquele ambiente no qual os atuais estudantes compartilham as lembranças de seus parentes que já frequentaram aquele local. Nesse sentido, o estudo e o reconhecimento da memória como parte efetiva na formação da Identidade de determinada instituição é fundamental. “É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que **podemos falar numa memória quase que herdada**” (POLLAK, 1992, p. 201, grifo nosso).

A criança forma sua nova escola através de uma série de testemunhos que são construídos por seus familiares. Caso não sejam ex-alunos, os mesmos provavelmente já conheceram a Unidade Escolar e obtiveram percepções que serão sistematizadas em sua consciência e posteriormente repassadas ao novo aluno. “A memória mobilizada para reformular ou reafirmar uma identidade pressupõe a memória familiar, pois envolve o trabalho memorial de organização e releitura do passado compartilhado pela família” (SOUZA, 2014, p. 113).

Cada unidade escolar é um “lugar de memórias” e, conforme afirma Nora (1993), já que os mesmos não são espontâneos, é necessário a criação de registros, arquivos, celebrações e aniversários, com a finalidade de preservar sentidos e sentimentos que são compartilhados pelos membros que frequentam aquela local. O espaço físico necessita ancorar a formação de algum tipo de memória, mesmo que residual, fornecendo possibilidades de identificação do sujeito.

O processo para a compreensão da escola como única pelo aluno não é artificial, surge como parte de uma construção orgânica e dependente de diversas experiências que serão vividas e sentidas de forma singular. Para Thiesen (2013, p. 33) “a memória é uma construção social e não um reservatório de dados”. Não há receita para a construção de sensações que somente irão surgir no decorrer de uma jornada única.

Mesmo concluindo o período de seus estudos, é possível ainda a sensação de pertencimento daquele grupo, pois suas memórias ainda estão ativas e ainda recebem influências. A não demolição da E.M. Friedenreich permite que estas memórias (que alcançam milhares de pessoas) não acabem, mas se façam presentes em suas vidas. Inclusive, Pollak (1992) ao abordar que, além das flutuações que as memórias individuais ou coletivas proporcionam, há marcos ou pontos que são imutáveis e não variam. Como algumas características que possuem marcas exclusivas.

É como se, numa vida individual – mas isso acontece igualmente em memórias construídas coletivamente – houvesse elementos irreduzíveis, em que **o trabalho de solidificação da memória foi tão importante que impossibilitou a ocorrência de mudanças**. Em certo sentido, determinado número de elementos torna-se realidade, parte a fazer parte da própria essência da pessoa, muito embora outros tantos acontecimentos e fatos possam se modificar em função dos interlocutores, ou em função do movimento da fala (POLLAK, 1992, p. 201, grifo nosso).

Pensando na seletividade da memória, para Pollak (1992, p. 203-204) “a memória é seletiva. Nem tudo fica registrado [...] a memória é um fenômeno construído”. Para o autor, essa construção pode ser consciente ou inconsciente a partir de um arranjo. Rememorar não significa que o passado será totalmente lembrado, as possibilidades de distinção são grandes. A ressignificação das memórias depende do presente, pois está relacionada ao contexto em que este processo é usado, pois o sujeito transforma-se. Assim “a lembrança é uma reconstrução do passado com a ajuda de dados tomados de empréstimo ao presente e preparados por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora já saiu bastante alterada” (HALBWACHS, 2006, p. 91).

A cada instante em que determinada memória é colocada em questão, pode ser interpretada de diferentes formas. Elas são ligadas ao tempo atual e não ao passado, já que são apropriadas, reescritas e redirecionadas. As progressivas reavaliações da memória é parte de um processo natural, levando em consideração os esquecimentos e lapsos. Para Le Goff

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou o que ele representa como passadas (1990, apud PESSOA, p. 45).

O trabalho pedagógico, quando iniciado, deverá levar em consideração a construção da escola como um lugar de memória, relacionando-a também de forma histórica com os dias atuais. Para Araújo e Parreiras (2009), os Parâmetros Curriculares Nacionais já preveem a educação patrimonial visando a ampliação da compreensão do aluno ao seu redor, respeitando as relações passadas e presentes. Buscar a (re)significação para os que compõem todo corpo da instituição requer um trabalho epistemologicamente aprofundado, nos quais os fatos não se explicam por si mesmos, mas como consequências de uma estrutura geral. O mesmo, ao ser desvendado, objetiva o reconhecimento dos participantes como seres ativos neste processo.

Entendendo a cidade como uma construção contínua, percebe-se, também, a busca incansável pelo reconhecimento do prédio da E.M. Friedenreich como um Patrimônio com o objetivo de fornecer sentido aos futuros sujeitos escolares que, através do processo de renovação histórica, reconhecerão os tempos daquele Espaço. As autoras ainda afirmam que

O trabalho com a memória requer um envolvimento e um significado para os sujeitos envolvidos. Logo, as atividades propostas deviam trazer elementos que os

participantes reconhecessem; eles tinham de se conhecer como sujeitos desses processos de ensino-aprendizagem. A escola e o bairro onde está se situava eram os pontos iniciais para o estudo (ARAÚJO E PARREIRAS 2009, P. 143).

História e memória não são sinônimas. Para Halbwachs (2006), a história é a seleção de fatos que alcançaram maior destaque na memória dos homens, sendo sistematizados e orientados através de autores que levarão suas obras para satisfazer necessidades a interessados em difundir aquela visão. Já a memória está conservada através de lembranças que remetem a um passado não metódico e sem fronteiras, é viva e dinâmica, sendo vinculada a culturas, dependente de sujeitos ou grupo para testemunhá-las. Assim, “a história só começa no ponto em que termina a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social” (HALBWACHS, 2006, p. 100-101).

Para Nora (1993) os lugares de memória são primeiramente um combinado de história e memória, pois não é possível somente memória quando necessita-se identificar os acontecimentos que levem ao passado. “Na mistura, é a memória que dita e a história que escreve” (NORA, 1993, p. 24). A memória trabalha com o passado que dialoga intimamente com cada sujeito ou grupo, tornando-se a ligação entre o pretérito e o presente através da lembrança e do esquecimento. Seu principal aspecto é ser plural. Já a história pertence a um ou poucos, pois constrói-se a partir de um olhar dominante que seleciona os fatos, pertencendo à uma sociedade industrial respaldada pelos métodos científicos. “A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história uma representação do passado” (NORA, 1993, p. 9).

Sabendo que história e memórias possuem suas seletividades, o trabalho de guarda e conservação dos registros documentais dos processos que vinculam organicamente a construção do passado da escola, deverão ser observados a partir do poder de uma narrativa. O Estado não se encarregará de lembrar um passado em que a disputa de poderes desejava a demolição de uma Unidade Escolar e que os mesmos agentes que o representavam encontram-se condenados por diversas ilegalidades. As instituições que se colocaram no caminho frente às imposições do capital deverão garantir que estas narrativas sejam frequentemente lembradas e disponíveis para a sociedade, pois são lugares de memória.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversário, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notarias atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. **Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria** (NORA, 1993, p. 13, grifo nosso).

Dessa maneira, a memória é utilizada como o caminho para a construção do significado de identidade. Pollak apresenta o sentido da identidade para determinada pessoa como “a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para creditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros” (1992, p. 204). Nesse sentido, vinculando a identidade ligada intimamente à memória, a primeira necessita recorrer ao passado por meio da segunda, pautando-se através de um discurso que objetiva alcançar uma materialidade. É assim que se constitui a identidade, buscando na memória sua construção.

Sobre as mutações que a identidade está sujeita, Gomes retrata a não fixidez identitária, justamente por suas incontáveis vinculações.

É interessante pensar que a identidade está vinculada ao nosso conjunto de ações. A identidade mais visível em nós é aquela que domina nosso modo de agir no mundo. Porém, isso não quer dizer, que nossas ações mundanas serão sempre as mesmas ou que este conjunto de ações não seja mutável. Ao contrário, quando o assunto é identidade, a certeza que temos a priori é que esta nunca será fixa. E isso se dá por um emaranhado de questões. Somos sujeitos da aprendizagem, e enquanto tal, circulamos em diversos espaços, com pessoas diferentes, com novas ideias, o que, provavelmente, pode nos levar a uma mudança de concepção. Estou tratando aqui, das identidades pessoais, mas não posso me esquecer, que as identidades sociais também sofrem mutações, porém num ritmo mais lento, como é o caso, por exemplo, das mudanças econômicas, políticas, que não só geram interferências como também constroem as identidades dos sujeitos (2013, p. 171-172).

Stuart Hall percebe o sujeito como não possuidor de uma identidade fixa ou permanente (2006), constata-se, assim, que a sustentação da identidade se renova graças às práticas que se comunicam ao longo da história através de novas formas de saberes e fazeres que se materializam no cotidiano. Desta forma, o mesmo autor chega à afirmativa de que a identidade é “definida historicamente, e não biologicamente” (2006, p. 13).

No mesmo sentido, Souza apresenta a identidade sujeita a reavaliações que atuam dialeticamente com o sujeito, afirmando que “todo ato memorial apresenta intenções identitárias” (2014, p. 109).

Cabe salientar que a identidade, ainda que respeitando seu caráter histórico-temporal, encontra-se unida à contextualização com o presente como parte de um organismo dialético. Pollak ratifica que

Podemos portanto dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução em si. (1992, p. 204).

A instituição também possui a sua identidade e, para apresentá-la, necessita rever o passado através de um discurso. Narrar-se é um mecanismo para o registro e o compartilhamento de lembranças que são colocados no presente discricionariamente para

conferir sentidos e reconhecimentos. Transmitir essas narrativas para os sujeitos é fundamental para o despertar de sentimentos que vinculem o homem àquele lugar, criando uma construção identitária.

O estabelecimento de festividades que visem a singularidade daquele lugar também é um mecanismo de fortalecimento identitário. Esta política intenciona a comunicação, implementando um momento de exposição dos feitos coletivos a fim de se legitimar. O estreitamento de relações é uma consequência deste processo, colocando a importância dos atuais membros para que sejam os novos protagonistas de futuras conquistas. Assim, conforme Gomes (2013), o relacionamento entre identidade coletiva e identidade individual torna-se dialético, promovendo assunção de novas práticas.

No caso da E.M. Friedenreich, a necessidade de colocar ainda mais em evidência suas relações identitárias foi um processo necessário visando o fortalecimento de vínculos e aproximação entre instituição e sociedade.

Sobre o compromisso social das organizações, Pessoa diz que

As organizações precisam manter uma relação com o passado, a fim de identificarem os aspectos relevantes de sua trajetória, uma vez que esses carregam influências e consequências no presente e no futuro das organizações. Mais do que isso, significa focar a missão, lendas e mitos, heróis, documentos, fotografias e materiais simbólicos que constituem a dimensão cultural inerente à trajetória da organização. Trata-se de um compromisso social: a responsabilidade histórica (2014, p. 51).

A memória pode ser utilizada como ferramenta revolucionária ou reacionária, dependendo de sua apresentação e interpretação. Selecionar o passado a fim de fornecer mecanismos para uma identidade, parte de uma política orientada e pensada a partir do desafio entre poderes, os quais irão decidir o que será registrado e direcionado para futuras lembranças, pois agora as mesmas tornam-se fundamentais.

Entendemos que a escola é uma criação do Estado e por isso há o respeito de uma hierarquia, uma estrutura orgânica e um poder político que a submetem às diversas fiscalizações quanto ao cumprimento e reprodução das diretrizes estabelecidas por leis. Todavia, há em cada instituição sua especificidade construída em uma relação próxima e íntima com a Comunidade Escolar. Essa é que proporcionará o sentido de a instituição tornar-se coletiva e pertencente às especificidades daquela região. Sua natureza jamais poderá ser individual a partir do momento em que se pensa como um espaço democrático e dialético. É nesse sentido que surgem os conflitos de poder e resistências, pois há diferentes interesses entre Estado e os desejos de uma determinada comunidade.

### 3. ARQUIVO, PATRIMÔNIO E CULTURA: POSSIBILIDADES PARA A MATERIALIDADE PEDAGÓGICA

Pereira (2007) trabalha em uma tríplice estrutura ou dimensão para definir o alicerce da escola: *físico*, através do prédio, o próprio espaço físico e os contextos de sua ocupação que possibilitem entender a arquitetura pedagógica; *administrativa*, que envolve a direção, funcionários, professores, alunos e todo corpo pedagógico; *sociocultural*, envolvendo os saberes e a disseminação de culturas no o ato de ensinar.

Nesse sentido, a função da escola não pode ser reduzida a um ato simples e rápido, está vinculada a uma série de acontecimentos que foram pensados, planejados e discutidos anteriormente. Todas essas relações são materializadas em diversas documentações que deverão ser preservadas para fornecer sentido a um determinado presente. “A recuperação do passado se faz com documentos, premissa inquestionável na tarefa do historiador, e sabemos que o pesquisador vai ao passado com questões levantadas no presente” (PEREIRA, 2007, p. 87).

Assim, os questionamentos atuais devem levar às documentações em busca de respostas. O arquivo deve resgatar os caminhos percorridos através da uma reconstrução histórica e lúdica. Esse esforço culmina em acontecimentos que foram fundamentais para a contextualização da atual imagem institucional. Dessa maneira, Magalhães enfatiza a análise minuciosa da instituição educativa:

Torna-se necessário conhecer e caracterizar os órgãos de gestão, direção; explicar como se efetua a comunicação interna e externamente, conhecer e caracterizar as relações de poder, as hierarquias e as instâncias com capacidade de decisão; conhecer e caracterizar o corpo docente administrativo e auxiliar; conhecer e avaliar as formas de participação por parte dos diversos atores, a título individual, grupal ou de representação; conhecer a relação e a participação da comunidade envolvente; as relações com o poder central e com os poderes regionais e locais (1999 apud PEREIRA, 2007, p. 86)

#### 3.1. O ARQUIVO ESCOLAR

Primeiramente, a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, em seu artigo 2º define o arquivo como:

[...] conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos.

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística do Arquivo Nacional define arquivo como “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente



da natureza do suporte” (2005, p. 27). Ainda, o acesso à informação é garantido pela Constituição Federal, é “[...] assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional” (BRASIL, 1988).

No contexto escolar, é sabido que os documentos que são produzidos e recebidos devem ser tratados como documentos arquivísticos, portanto, devendo permanecer disponíveis para possíveis consultas à sua comunidade, já que os arquivos são fundamentais para a recuperação da imagem da instituição. O que compõe o arquivo de uma escola? Mogarro responde perfeitamente este questionamento

Os fundos arquivísticos são constituídos por documentos específicos, produzidos quotidianamente no contexto das práticas administrativas e pedagógicas; são produtos da sistemática “escrituração” da escola e revelam relações sociais que, no seu interior, foram sendo desenvolvidas pelos actores educativos (2015, p. 105).

Feijó, em seu entendimento sobre arquivos escolares, conceitua a documentação escolar como “[...]conjunto de documentos contendo informações sobre a vida escolar tanto da organização como do indivíduo” (1988 apud REIS; REIS, 2017, p. 479).

Bonato, ao escrever sobre as finalidades dos arquivos escolares, expõe que os mesmos são “meio de prova de direito de pessoas ou da administração. Mas também têm função informativa para administração pública, pois a ela podem oferecer informações” (2005, p. 197).

Para o pesquisador, há diversas possibilidades de investigações nos documentos custodiados no arquivo escolar. Através dos dados obtidos, pode-se formar dados estatísticos consultando históricos escolares, banco de dados demográficos apoiados nas certidões de nascimento, legislações e ainda mensurar o percurso epistemológico cursado pela escola através da análise do Projeto Político Pedagógico durante os anos de sua existência (REIS; REIS, 2017).

E quem é o responsável por preservar esta documentação? Como são orientados esses procedimentos? Em âmbito nacional, o Parecer nº 16 do Conselho Nacional de Educação regulamenta o arquivamento de documentos escolares. Logo em seu 1º artigo estabelece três modalidades de arquivamento

Art. 1º - O arquivamento de documentos escolares, das instituições de ensino, observará as seguintes modalidades:

- a) o próprio documento no original ou em fotocópia autenticada;
- b) em fotograma obtido por microfilmagem;
- c) em disquete ou CD ROM obtido por sistema computadorizado

Já no Art. 2º

Art. 2º - Quando o arquivamento obedecer a alínea “a” do artigo anterior, será organizado em duas modalidades:

- a) Arquivo Vivo ou de Movimento, para pronta consulta e escrituração;
- b) Arquivo Morto ou permanente, quando concluída a escrituração pela conclusão de curso, transferência, trancamento de matrícula ou abandono do curso.

Portanto, o arquivamento realizado com o documento original ou com fotocópia autenticada era tratado com duas modalidades: arquivo vivo ou de Movimento ou Arquivo Morto ou Permanente. Cabe salientar que esta normatização foi a única encontrada em âmbito federal e que ainda reproduz conceitos não utilizados arquivisticamente, como a denominação “morto” remetendo a uma documentação inútil, sendo um erro.

Em seu Art. 4º, o CNE coloca sob responsabilidade o Secretário Escolar pelo manuseio da documentação, sendo o Diretor Escolar responsável por supervisioná-lo: “Sob a supervisão do Diretor, a pessoa responsável pelo manuseio e reprodução dos documentos arquivados será do Secretário da Unidade Escolar, pessoalmente ou por pessoa habilitada, por ele autorizada”.

No âmbito da Cidade do Rio de Janeiro, a qual a Escola Municipal Friedenreich é submetida hierarquicamente, este trabalho não encontrou uma legislação que trata especificamente do arquivo escolar, ou normas que visem orientar os procedimentos no acervo escolar. Bonato (2005) coloca que no município do Rio de Janeiro, as escolas municipais respondem por sua documentação e, caso haja extinção, o acervo é recolhido ao Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ).

A integração entre Arquivo e Escola é de suma importância para a correta organização/sistematização dos acervos existentes nas instituições de ensino e treinamento dos educadores. No caso do município do Rio de Janeiro, além do AGCRJ, há especificamente na Secretaria Municipal de Educação, o Arquivo Central.

Estabelecer essas aproximações torna-se essencial, principalmente se pensarmos as possibilidades dos arquivos para os processos educacionais. Neste sentido, Bonato ratifica ao dizer que:

Um outro caminho possível é que se estabeleça efetivamente um trabalho de parceria entre arquivo-escola/escola-arquivo. É sabido que o potencial didático-pedagógico do patrimônio documental contido nas instituições arquivísticas vem sendo pouco explorado pelas instituições escolares. ( 2005, p. 215).

Ainda, a Lei Municipal 5.335 de 2011 que cria o cargo de Secretário Escolar, coloca em suas atribuições específicas “organizar, coordenar e conservar o arquivo ativo e inativo da escola”. Entretanto, a qualificação exigida para o cargo é de Nível Médio, não exigindo cursos técnico ou de qualificação. Nesse sentido, a atuação do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro é de suma importância para a formação continuada destes servidores, principalmente para a elaboração de mecanismos de pesquisas, facilitando o trabalho de futuros pesquisadores e, principalmente, as funções da administração da escola.

Se os documentos fornecem significação ao patrimônio, o arquivo é o responsável pela preservação destas informações que serão utilizadas para o fazer pedagógico. Essa fonte de conhecimento é buscada frequentemente por pesquisadores e historiadores que, no caso das escolas pertencentes à Prefeitura do Rio de Janeiro, somente podem ter acesso à documentação a partir da abertura de processo que deverá ser analisado pela Secretaria Municipal de Educação. Mesmo após enfrentar essa burocratização, quando o pesquisador consegue acessar o arquivo da instituição, percebe que a desorganização do acervo é bastante elevada. Como afirma Bonato, “frequentemente, temos de limpar e organizar a documentação antes de começar a pesquisa sobre a temática, o que demanda um longo tempo” (2005, p. 209). Conforme Oliveira aponta em sua tese que:

[...] vários estudos sobre a importância da cultura material escolar que vem sendo realizados, principalmente por pesquisadores em história da educação, apontam para a importância dos acervos escolares para a história da educação e registram o descaso e a precariedade dos acervos em muitas escolas: documentos, mobiliário e objetos dispersos ou perdidos, descartados sem critérios, mal organizados ou empilhados em locais sujos, úmidos, mal iluminados e muitas vezes infestados por pragas (2015, p. 93).

Percebe-se que os direcionamentos fornecidos pela arquivística podem não ser seguidos, já que políticas públicas e mão de obra qualificada são escassas. Pensando-se no arquivo escolar, a atuação de arquivistas ou técnicos de arquivos nas Unidades Escolares não é uma realidade no município, sendo este trabalho realizado por mão-de-obra não especializada. Além disso, há ainda fatores extrínsecos, como insetos, temperatura e fungos que podem piorar ainda a situação dos acervos.

Sabendo que a produção documental de uma Unidade Escolar é constante, Oliveira (2015) pensando não somente na recuperação da documentação antiga acumulada, destaca que a implementação da gestão dos documentos possibilitaria uma melhor preservação e a correta destinação daquela documentação, evitando seu acúmulo e degradação. Graças ao grande fluxo documental ocorrido durante o ano letivo (incluindo as férias escolares justamente pelas matrículas realizadas no período), há a necessidade da correta destinação documental, já que futuramente as mesmas necessitarão ser consultadas. Porém, na prática, a sistematização não é realizada, sendo comumente as práticas repassadas através da oralidade por funcionários. Essa ação provoca ruídos, os quais são agravados por aposentadorias, falecimentos ou transferências repentinas que impedem a transmissão desses saberes.

Mogarro (2005) afirma que as instituições são como microcosmos, com seus funcionamentos e organizações específicas, carregadas de identidades ímpares, sendo seus arquivos detentores da função de desvendar esta singularidade, através da reconstrução e

sistematização de suas práticas. Assim, sem o seu arquivo, não é possível reescrever o percurso da instituição.

Sobre a capacidade dos processos informacionais dos arquivos escolares, Mogarro afirma que “O arquivo, constituindo o núcleo duro da informação sobre a escola, corresponde a um *conjunto homogêneo* e ocupa um *lugar central* e de *referência* no universo das fontes de informação que podem ser utilizadas” (2005, p. 104, grifo da autora). Portanto, as informações contidas em um arquivo escolar fornecem coerência a pesquisas e questionamentos, sendo essenciais para a análise da instituição.

Além de considerar os documentos que constam fisicamente no acervo escolar, Mogarro (2015) sugere a necessidade de cruzar as informações pertencentes à escola com outros documentos de fundos externos, como arquivos pessoais de diretores, funcionários, professores e alunos, resultando em uma efetiva articulação entre os mesmos. A composição do arquivo escolar é ampla, possuindo suas peculiaridades. Mogarro (2015) apresenta uma vasta lista, possuindo destaques os documentos pedagógicos, trabalhos escolares, materiais didáticos, fotografias, testemunhos orais e publicações exteriores à escola (como livros, artigos, revistas, jornais).

No caso da E.M. Friedenreich, a articulação de documentos de diversos fundos torna-se necessária para compreender seu processo de construção. Devido às TIC's, a complexidade no fluxo informacional aumentou geometricamente, e com o processo de demolição da escola, as mobilizações e protestos ocorridos, inclusive através das Redes Sociais, foram noticiados frequentemente por jornais (impressos e online) e ainda compartilhados por jornalistas independentes. Artigos publicados relacionados ao conjunto de modificações ocorridas pelas obras da Copa do Mundo e Olimpíadas, que envolviam a escola como uma das resistências envolvidas, também são exemplos de fontes de suma importância para a compreensão do atual cenário vivido.

Por fim, estas documentações escolares devem estar ligadas ao processo de formação do educando, tratando-se de um direito à informação e, conseqüentemente, à cidadania.

Esses arquivos têm o papel e a função vinculada diretamente com a cidadania, pois os documentos produzidos e arquivados na escola contribuem para que o processo educacional se efetive por meio da informação e do que consiste em direito e dever do cidadão. Os acervos produzidos e recebidos no exercício das atividades escolares refletem a vida dos estudantes e dos trabalhadores que nela atua, revelando como ocorre o processo ensino e aprendizagem e as possibilidades de investigações científica. O processo educacional precisa dessa documentação para demonstrar sua existência concreta e dos seus sujeitos. Há um pleito dessa documentação para as atividades básicas da entidade escolar e dos direitos à cidadania. (REIS; REIS, 2017, p. 497)

### 3.2. O PATRIMÔNIO E SUAS AÇÕES

Para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a Educação Patrimonial

[...] constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera-se, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio da participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de patrimônio cultural (IPHAN, 2019)

Dessa maneira, as políticas educativas em patrimônio devem atuar com o objetivo de identificar e fortalecer a identidade coletiva dos seus cidadãos através do desenvolvimento de ações que conscientizem seu valor patrimonial. Sabendo a função da escola de metodização dos saberes, a mesma deverá fornecer aos seus educandos o acesso e a compreensão do patrimônio através de bases sólidas, apresentando todos os aspectos culturais e sociais que os envolvem como sujeitos e objetos do conhecimento social.

A contextualização do patrimônio é fundamental para a não alienação de seus membros. A interação dos indivíduos os socializa e significa as relações com seus pares, estabelecendo vínculos essenciais na construção de sua identidade, com reflexos diretamente ligados a seu desenvolvimento e aprendizagem. O documento também é parte integrante do conjunto patrimonial. Sua análise é fundamental e para a compreensão do todo, inclusive os aspectos sociais e materiais presentes naquele ambiente. Além disso, o conhecimento patrimonial materializa a responsabilização dos atores sociais pela preservação de seu patrimônio, pois, ao reconhecer-se como parte daquela instituição, constrói-se uma relação singular e dialética com aquele local.

Antes do início das atividades com os alunos, as possibilidades no uso do patrimônio devem ser apresentadas e construídas concretamente pelo corpo docente visando as múltiplas possibilidades da educação patrimonial na prática educativa. O objetivo é que todos caminhem em busca de um único fim: situar toda comunidade escolar a partir de sua história não mais depositada em caixas, mas sendo parte integrante de um amplo planejamento educativo. Todavia, Gonçalves apresenta a importância da contextualização do local com o global:

Nesse sentido, o cuidado para evitar o reducionismo e o etnocentrismo deve ser constante. Para tanto, faz-se necessária a articulação contínua e sistemática entre os conteúdos da história local e do tema abordado, com os conteúdos da história nacional e universal. (2008, p. 79).

As experiências escolares relacionam-se com a formação da percepção do educando sobre o meio em que vive. A construção da personalidade vivida em um espaço-tempo é significativa a partir de um envolvimento da própria escola por meio da fundamentação de seu espaço relacionado a um mundo mais amplo. A maneira como a experiência social é vivida na escola influenciará de forma decisiva o modo como a criança perceberá o mundo em geral, as relações sociais e a si mesma como pessoa.

Quais são as possíveis alternativas para a reprodução e o uso dos saberes relacionados ao Patrimônio? Freire define as possibilidades que as ações educativas podem ser realizadas “como atividades extracurriculares que contribuem para o trabalho escolar e que são realizadas de acordo com o projeto político-pedagógico na escola e dos próprios arquivos” (2009, p. 50). O autor continua que essas ações são voltadas para o desenvolvimento pleno do aluno, garantindo seu o sucesso educacional (2009).

O patrimônio pode ser trabalhado na perspectiva da interdisciplinaridade como um desafio, pois não atua somente em disciplinas específicas, mas como representação que objetiva o espaço físico (edifício e seu entorno) em um contexto que, carregado de significados, engloba o cotidiano do lugar, fornecendo sentido e produzindo conhecimentos.

Nessa perspectiva interdisciplinar, os dados levantados pela educação patrimonial podem servir como ferramentas para várias disciplinas, como:

- Geografia – obtendo a região como objeto;
- Português – com os estudos da ortografia e do vocabulário ao longo dos anos;
- Matemática – em análise do número de alunos atendidos e verbas envolvidas para a construção do espaço;
- História – na exploração temporal desde a criação da Unidade Escolar;
- Sociologia – na investigação do contexto nas relações entre os atores escolares.

Ainda, a realização de oficinas e feiras lúdicas com a integração entre toda a escola pode ser realizada em datas comemorativas, por exemplo, servindo como culminância de projeto.

Fratini (2009) menciona que, diferentemente do Brasil, que somente começou a discutir a Educação Patrimonial na década de 1980, França em 1950 já estava em seu auge na participação dos alunos na análise dos bens que se relacionavam com a escola, seguidos por Itália, Alemanha e Inglaterra. De fato, percebe-se que os países precursores nas temáticas relacionadas à Educação Patrimonial possuem um aprofundamento teórico-metodológico mais avançado, se comparada às publicações científicas dos demais países que iniciaram suas

pesquisas tardiamente.

Bellotto afirma “no que concernem os serviços de assistência educativa, o papel dos arquivos tem sido pouco explorado no Brasil, embora a pedagogia brasileira venha sendo renovada e progressista” (2006, apud FRATINI, 2009, p. 3). A apropriação da temática patrimonial como base no ensino básico é uma luta política que deverá fazer parte das orientações curriculares com o apoio das Universidades, as quais já possuem um vasto campo de publicações promovidas através de seminários, grupos de pesquisas e congressos. além das instituições públicas que já trabalham com estas temáticas.

O Projeto de extensão “Ensinar e aprender nos/com arquivos: (re)viendo as práticas pedagógicas” da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, coordenado pela Professora Doutora Priscila Ribeiro Gomes, cujo seu principal objetivo é: “Promover por meio de um diálogo interdisciplinar uma relação dialógica, tendo como finalidade a construção de um processo que dê conta de atender a dimensão interativa, buscando por meio desta (re)significar a relação Universidade e Sociedade”. Além disso, o projeto contribui para “estimular reflexões sobre o que se entende por patrimônio cultural nos corpos docentes e discentes”. Assim, essa iniciativa configura-se um exemplo de compartilhamento de estudos para além dos muros da universidade, oportunizando que os setores sociais usufruam efetivamente destas pesquisas.

### **3.3. A CULTURA E SUAS FORMAS DE APRESENTAÇÃO NA ESCOLA MUNICIPAL FRIEDENREICH**

Para Mogarro, a cultura escolar é “constituída por um conjunto de teorias, ideias e princípios, normas, regras, rituais, rotinas, hábitos e práticas [...] que se apresentam como tradições, regularidades e regras, mais subentendidas que expressas [...]” (2005, p. 105). Dessa maneira, pode-se afirmar que cada instituição produz sua própria cultura a partir de suas práticas e fazeres singulares que dialogam com o tempo intermediados pela história.

Dominique Julia descreve a cultura escolar como condutas definidoras de conhecimentos voltadas para o ensino, além de práticas que visam a transmissão de saberes, sendo a incorporação de normas, práticas e comportamentos sujeitas às variações de suas épocas (2001).

Já Viñao Frago caracteriza a cultura escolar como:

‘Conjunto de aspectos institucionalizados’ – incluye prácticas y conductas, modos de

vida, hábitos y ritos – la historia cotidiana del hacer escolar – objetos materiales – función, uso, distribución en el espacio, materialidad física, simbología, introducción, desaparición... -, y modos de pensar, así como significados e ideas compartidas (apud GOMES, 2013, p. 68-69).

Percebe-se que as práticas institucionais estão inevitavelmente ligadas a um contexto maior, entretanto, suas particularidades são formadas graças às relações sociais promovidas naquele determinado ambiente que se vinculam pelos hábitos e princípios, fornecendo-lhes sentido para sua própria cultura. Brunet, seguindo o conceito de cultura, apresenta que as organizações escolares “[...]ainda que estejam integradas num contexto cultural mais amplo, produzem uma cultura interna que lhes é própria e que exprime os valores e as crenças que os membros da organização partilham” (1988 apud VENTURA, 1999, p. 4).

Sobre as manifestações da cultura, Ventura (1999) ainda apresenta três elementos que envolve as interrelações com a comunidade, sendo:

- Verbais e conceituais – através das metáforas;
- Visuais e simbólicos – pela arquitetura;
- Comportamentais – que se apresentam através das cerimônias e regulamentos.

Por meio de pesquisa ao Blog da escola, <http://escolamunicipalfriedenreich.blogspot.com>, e ao seu jornal “Aconteceu, a gente escreve E.M. Friedenreich”, <https://web.facebook.com/E.M.Friedenreich/>, foi possível encontrar práticas singulares à escola, estando vinculadas com sua autonomia institucional, apresentando-se, portanto, como reflexo de sua cultura.

Além disso, cada turma prepara um mural para receber os visitantes, como na figura 8. Dialogando com Gomes, este registro exprime a produção da cultura daquele determinado local, um momento único que possui fundamental importância para a consolidação das práticas educativas.

Os vínculos tecidos entre a prática do mural e a produção dos memoriais, enquanto cultura escolar, permitiram-me pensar sobre suas articulações com o desenvolvimento curricular, refletindo de que forma este currículo se apresenta consolidado nestas práticas. (2013, p. 70)

Figura 8: Mural Projeto família na Escola.



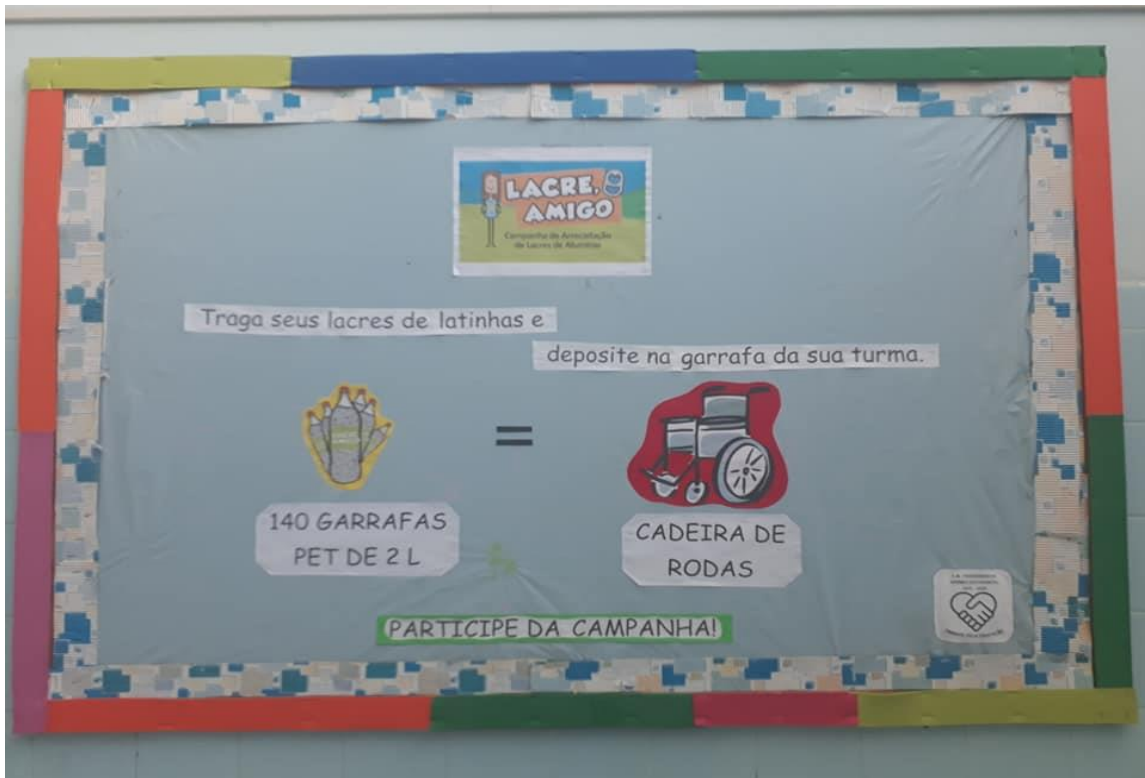


Disponível em: <<http://escolamunicipalfriedenreich.blogspot.com/>>. Acesso em: 15 maio 2019.

Não foram encontradas grandes atividades nas datas comemorativas de pais ou mães, as quais são substituídas pelo “Projeto Família na Escola”, sendo marcado por atividades durante as aulas em que um membro da família (pai, mãe, tios, irmãos, padrinhos ou avós) interage com a criança de forma bastante divertida e lúdica. Desta forma, percebendo a realidade de sua Comunidade, a escola transmite que a presença dos familiares no processo educativo é de suma importância, não restringindo somente a um determinado público.

O Grêmio Estudantil também possui bastante importância na escola. São eleitos 6 alunos democraticamente através de um mandato de 3 anos. Dentre suas principais funções, as mais importantes estão as articulações de projetos, desde a conscientização visando a melhor limpeza da escola, como a campanha do “Lacre Amigo”, que visa mobilizar as 14 turmas a juntar 140 garrafas pet de lacres de alumínio que serão trocadas por uma cadeira de rodas (E.M. FRIEDENREICH, 2019).

Figura 9: Mural Lacre Amigo.



Disponível em: <<https://web.facebook.com/pg/E.M.Friedenreich>>. Acesso em 19 maio 2019.

Já o Troca-troca, figura 10, é feito anualmente, com brinquedos e livros. Cada criança leva um livro e um brinquedo e poderá escolher outro item diferente do que trouxe. Ainda, quem não pôde levar, também terá o direito de escolher o seu (E.M. FRIEDENREICH, 2016).

Figura 10: Professora Andrea Neves e alunos no Troca-troca de livros.



Disponível em: <<http://escolamunicipalfriedenreich.blogspot.com/>>. Acesso em: 19 maio 2019.

Geralmente no fim do segundo semestre, o Show de Talentos, é um evento em que os alunos apresentam para toda Comunidade seus talentos. As apresentações variam, como danças, mágicas, piadas e teatros. Para o espetáculo, os alunos ensaiam durante horários específicos, como o recreio (E.M. FRIEDENREICH, 2016). Eventos dessa maneira possibilitam que os alunos se comuniquem e construam autonomia para escolher com seus pares a mais adequada apresentação. Além de fomentar a comunicação entre alunos de diferentes idades, não restringindo que turmas específicas trabalhem somente um tema, podendo crianças de qualquer idade formar uma peça teatral, por exemplo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar a formação de uma instituição na/pela história não é fácil, ainda mais se tratando de uma escola. A E.M. Friedenreich, por meio de sua Comunidade, optou por ser um espaço de resistência e de luta, lançando seu foco em uma ação educativa intencional que buscou demonstrar a importância da visão do processo escolar. Este materializa-se por meio da criação de saberes através de um espaço político que contribui para a formação de cidadãos críticos que sejam capazes de intervir efetivamente em sua realidade para um bem comum.

A partir das relações capitalistas, a educação não pode ser considerada como uma ação neutra. O ensino focado somente nos conteúdos escolhidos pela burguesia para a sala de aula é um ato parcial, porém, a partir do instante em que a escola opta pela não inculcação e reprodução dos ideais da classe dominante, torna-se um elemento fundamental na disputa contra a dualidade no ensino. É assim uma das maneiras do surgimento de núcleos de resistência às forças que sustentam e dirigem a sociedade de classes.

Além da aquisição das habilidades básicas como leitura e escrita, o saber já produzido e veiculado pela escola não deverá servir como uma simples absorção de informações. Ter a capacidade de (re)construir o conhecimento, acarreta para si a efetividade no ensino, a prática social própria e coletiva. Assim, o ato de puro ensinar, no qual o aprendiz aprende do ensinante, torna-se uma ação de conhecimento de que tanto o sujeito ensina como o que aprende, reciprocamente (FREIRE, 2015).

O estreitamento nas relações da Arquivologia com a Pedagogia trará benefícios para a História da Educação Brasileira, justamente pela possibilidade de abordar na formação docente a importância dos registros documentais, a correta maneira de armazenamento destes preciosos acervos e suas múltiplas funções de apoio no planejamento pedagógico.

Nesse sentido, cabe salientar a função do arquivo escolar como difusor de culturas, memórias e história. Entendemos a importância da valorização dos instrumentos que nos remetem à história como museus, bibliotecas e arquivos, entretanto, há muitos acervos nos escuros de instituições educativas sem seu devido tratamento, deixando de colaborar com diversos saberes que poderiam ser utilizados em diversos momentos pela escola.

Por fim, a intenção deste trabalho foi despertar para a importância dos arquivos escolares, que muitas vezes, inexistem nas instituições educativas. Pensar o arquivo enquanto lugar de guarda do registro das práticas educativas, nos permite tecer fios com os saberes escolares colocando os registros documentais como possibilitadores de novas aprendizagens e experiências que fornecem meios para a (re)construção de uma identidade.

## REFERÊNCIAS

AFFONSO, Julia. Alunos de escola que será demolida para obra do Maracanã ainda não sabem onde estudarão. **UOL Educação**, Rio de Janeiro, 30 nov. 2012. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2012/11/30/alunos-de-escola-que-sera-demolida-para-obra-do-maracana-ainda-nao-sabem-onde-estudarao.htm>>. Acesso em 10 jan. 2019.

ALENCAR, Emanuel; GALDO, Rafael. Escola Municipal Friedenreich não será mais demolida. **O Globo**, Rio de Janeiro, 05 ago. 2013. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/escola-municipal-friedenreich-nao-sera-mais-demolida-9361759>>. Acesso em 05 jan. 2019.

ALVARENGA, Marcia Soares de. Movimentos Sociais e direito à memória como processos formativos de professores. In: Carmen Lúcia Vidal Perez; Maria Tereza Goudard Tavares; Mairce Araújo. (Org.). **Memórias e Patrimônios: experiências em formação de professores**. 1ªed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009, v. 1, p. 35-50.

ARAÚJO, Isabella Belzemiro; PARREIRAS, Deise de Azevedo. Nomes, lugares e saberes: buscando novos diálogos com a escola. In: PÉREZ, Carmen Lúcia; TAVARES, Maria Tereza Goudard; ARAÚJO, Mairce da Silva. **Memórias e patrimônios: experiências em formação de professores**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009, p. 141-148.

ARQUIVO NACIONAL. In: **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. 2005. Disponível em: <[http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion\\_Term\\_Arquiv.pdf](http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf) >. Acesso em: 26 mar. 2019.

BIENENSTEIN, Glauco et al. Apropriação privada versus resistência popular: disputas em torno da reforma do Maracanã. In: **Anais do XVI Encontro Nacional da ANPUR**. Belo Horizonte, 2015.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. Os arquivos escolares como fonte para a História da Educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 10, p. 193-220, 2005.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Normas para simplificação dos registros e do arquivamento de documentos escolares. **Parecer CNE/CP nº 16, de 4 de novembro de 1997**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 22 nov. 1997.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Casa Civil, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 27 mar. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/>>. Acesso em 05 jan. 2019.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 – Lei de Arquivos. **Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 9 jan. 1991. Seção 1.

CHEVALLARD, Yves. **La tranposición didáctica: Del saber sabio al saber enseñado**. Traduzida por Claudia Gilman. Editora Aique: Buenos Aires. 1991.

COSTA, Alexandre da. **O tigre do futebol: Uma viagem nos tempos de Arthur Friedenreich.** São Paulo: DBA, 1999.

DODEBEI, Vera; WERNECK, Marcela. Movimentos Sociais e a demolição do Complexo do Maracanã. **Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades.** Salvador: UCSal, 8 a 10 de outubro de 2014, n3, v. 21, p. 47-60.

DUARTE, Luiz Carlos. **Friedenreich: a saga de um craque nos primeiros tempos do futebol brasileiro.** São Caetano do Sul (SP): Casa Maior, 2012.

**ESCOLA MUNICIPAL FRIEDENREICH.** Disponível em: <<https://escolamunicipalfriedenreich.blogspot.com>>. Acesso em: 19 maio 2019.

Disponível em: <<https://web.facebook.com/pg/E.M.Friedenreich>>. Acesso em: 25 maio 2019.

FRATINI, Renata. Educação Patrimonial em arquivos. Arquivo Público do Estado de São Paulo. **Revista Histórica**, São Paulo, n. 34, jan. 2009. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/educacao34/materia05/>>. Acesso em: 25 fev. 2019.

FREIRE, Leticia de Luna. Mobilizações coletivas em contexto de megaeventos esportivos no Rio de Janeiro. **O Social em Questão**, ano XVI, nº 29, 2013, pp. 101-128.

FREIRE, Luiz Gustavo Lima. Difusão educativa em arquivos. **Histórica: Revista on line do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, São Paulo, v. 34, n. 05, p.50-58, jan. 2009. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/historica34.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 52ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GOMES, Priscila Ribeiro. **Tecendo fios nos espaços e tempos da escola na prisão.** 2013. 214p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/250810>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

GONÇALVES JUNIOR, René Duarte. **Friedenreich e a reinvenção de São Paulo: o futebol e a vitória na fundação da metrópole.** Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

GONÇALVES, Nádia Gaiofatto. O arquivo histórico escolar, a universidade e a escola: diálogos possíveis. **Cadernos de Educação**, Pelotas: FaE/PPGE/UFPel, v.00, n.00, p. 71 – 84, jul/dez, 2008.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto historiográfico. **Revista Brasileira de História da Educação**, São Paulo, nº 1, jan./jun. 2001, p. 9-43.

MAGALHÃES, Luiz Ernesto. Concessão do Maracanã devolverá ao estado menos de 30% do que foi investido na reforma. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 22 out. 2012. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/concessao-do-maracana-devolvera-ao-estado-menos-de-30-do-que-foi-investido-na-reforma-6474925>>. Acesso em 10 jan. 2019.

MÁXIMO, João. Memórias do futebol brasileiro. **Estudos Avançados**, vol.13, no.37, set./dez. 1999. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141999000300009>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

MEROLA, Ediane. Pais e alunos protestam contra a demolição de colégio no Maracanã. **Jornal Extra**, Rio de Janeiro, 06 nov. 2011. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/rio/pais-alunos-protestam-contrademolicao-de-colegio-no-maracana-194282.html>>. Acesso em 15 jan. 2019.

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**. Disponível em: <<http://www.mprj.mp.br/comunicacao/ouvidoria>> Acesso em 20 jan. 2019.

MOGARRO, Maria João. Arquivos e educação: a construção da memória educativa. **Revista Brasileira de História da Educação**, São Paulo, v. 5, n° 10, p. 75-100, jul./dez. 2005.

MOGARRO, Maria João. Os arquivos escolares nas instituições educativas portuguesas. Preservar a informação, construir a memória. **Pro-Posições**, Campinas, v 16, n I – jan./abr. 2005.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, dez. 1993, n. 10.

OLIVEIRA, Fabiana Valeck de. **Patrimônio Escolar**: para além da arquitetura, a materialidade do patrimônio histórico nas escolas paulistas. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

OLIVEIRA, Fabrício et al. A reforma do Estádio do Maracanã para a realização da copa do mundo 2014: impactos sociais e urbanos. In: Anais do XVI Encontro Nacional da ANPUR. Belo Horizonte, 2015.

OLIVEIRA, Sônia Maria. A escola como patrimônio. In: PÉREZ, Carmen Lúcia; TAVARES, Maria Tereza Goudard; ARAÚJO, Mairce da Silva. **Memórias e patrimônios**: experiências em formação de professores. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009, p. 223-236.

PEREIRA, Maria Aparecida Franco. Uma abordagem da história das instituições educacionais: a importância do arquivo escolar. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 11, n. 2, p. 85-90, maio/ago. 2007.

PÉREZ, Carmen Lúcia. Rodas de memórias e saberes: uma prática e formação. In: PÉREZ, Carmen Lúcia; TAVARES, Maria Tereza Goudard; ARAÚJO, Mairce da Silva. **Memórias e patrimônios**: experiências em formação de professores. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009, p. 253-267.

PESSOA, Marcia Rodrigues. **Arquivo, memória e empresa: preposta de criação do Centro de Memória do Sistema FIRJAN**. Dissertação (Mestrado em Gestão de Documentos e

Arquivos) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

POLLACK, M. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

REIS, Filomena Luciene Cordeiro; REIS, João Olímpio Soares dos. Arquivos escolares: um estudo introdutório. **ÁGORA**, Florianópolis, v. 27, n. 55, p. 475-500, jul./dez. 2017.

RIO DE JANEIRO. Decreto Municipal nº 37530, de 9 de agosto de 2013. **Determina o tombamento provisório do imóvel sito à Avenida Maracanã, 350, no bairro Maracanã, atualmente ocupado pela Escola Municipal Friedenreich.** Disponível em: <[http://smaonline.rio.rj.gov.br/legis\\_consulta/44787Dec%2037530\\_2013.pdf](http://smaonline.rio.rj.gov.br/legis_consulta/44787Dec%2037530_2013.pdf)>. Acesso em 21 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei Municipal nº 5335 de 08 de dezembro de 2011. **Cria no quadro permanente do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro a categoria funcional de Secretário Escolar e dá outras providências.** Disponível em <[http://smaonline.rio.rj.gov.br/legis\\_consulta/39703Lei%205335\\_2011.pdf](http://smaonline.rio.rj.gov.br/legis_consulta/39703Lei%205335_2011.pdf)>. Acesso em 26 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei Municipal nº 5638 de 6 de dezembro de 2013. **Tomba, por interesse educacional e social, a Escola Municipal Friedenreich, no Complexo do Maracanã.** Disponível em: <<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/b24a2da5a077847c032564f4005d4bf2/56f33ed8993f45ba03257c390054ad4c?OpenDocument>>. Acesso em 21 jan. 2019.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11 ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SOUSA, Carlos Henrique Latuff de. **Charge p/Lian Moroni: demolição da Escola Friedenreich por @SergioCabralRJ.** Disponível em: <<https://latuffcartoons.files.wordpress.com/2013/04/escola-friedenreich.gif>>. Acesso em 21 jan. 2019.

SOUZA, Mariana Jantsch. A memória como matéria prima para uma identidade: apontamentos teóricos acerca das noções da memória e identidade. **Revista Graphos**, João Pessoa, v. 16, n. 1, p. 91-115, 2014.

SOUZA, Rosa Fátima de. Fotografias escolares: a leitura de imagens na história da escola primária. **Educar**, Curitiba, n.18, p. 75-101. 2001.

THIESEN, Icléia. **Memória institucional**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

VENTURA, Alexandre. **Antônio Nóvoa: para uma análise das instituições escolares.** Disponível em: <<http://www.escolabarao.com.br/pdf/texto2/files/publication.pdf>> Acesso em: 20 jan. 2019.